



RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

JACQUELINE DE OLIVEIRA BEZERRA

**OS DIREITOS DAS CRIANÇAS ABANDONADAS: uma análise sobre o trabalho
multiprofissional da instituição de acolhimento, Abrigo Tia Júlia, de Fortaleza – Ceará**

Fortaleza - CE

2016

OS DIREITOS DAS CRIANÇAS ABANDONADAS: uma análise sobre o trabalho multiprofissional da instituição de acolhimento, Abrigo Tia Júlia, de Fortaleza – Ceará

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Ratio - Faculdade Teológica e Filosófica, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes.

Fortaleza

2016

B574d Bezerra, Jacqueline de Oliveira.

Os Direitos das Crianças Abandonadas: uma análise sobre o trabalho multiprofissional da instituição de acolhimento, Abrigo Tia Júlia, de Fortaleza – Ceará. / Jacqueline de Oliveira Bezerra. Fortaleza, 2016.

67 fls. Enc.

Orientador(a): Prof^ª. Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes.

Monografia (Graduação) – Faculdade Ratio, Curso Serviço Social.

1. Crianças e Adolescentes - Políticas Públicas 2. Instituição de Acolhimento 3. Abrigo Tia Júlia I. Prof^ª. Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes. II. Faculdade Ratio, Graduação em Serviço Social III. Título

CDD 361

CDU 364

JACQUELINE DE OLIVEIRA BEZERRA

OS DIREITOS DAS CRIANÇAS ABANDONADAS: uma análise sobre o trabalho multiprofissional da instituição de acolhimento, Abrigo Tia Júlia, de Fortaleza – Ceará

Monografia como pré-requisito para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social, outorgado pela Ratio - Faculdade Teológica e Filosófica, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores.

Data de aprovação: 30/06/2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ms. Virzângela Paula Sandy Mendes
Orientadora da Ratio

Prof.^a Esp. Roberta Maria de Albuquerque Sá
Examinadora da Ratio

Prof.^a Ms. Lauriene Rodrigues Moreira
Examinadora da Ratio

À minha amada mãe, Rita de Oliveira Bezerra,
por ter me dado a vida, me ensinado a
caminhar e a nunca parar de sonhar. E,
principalmente, por nunca me faltar com seu
amor, carinho e proteção.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **Deus**, pois sem sua providência, não teria chegado até aqui. Em meio a tantos desafios em minha vida, foi Ele quem me guiou, deu-me sabedoria, além de mostrar-me que sem sua permissão, nada disso seria possível.

À minha querida **mãe, Rita de Oliveira**, por seu amor, sua compreensão, suas lições de vida, seus conselhos, seu empenho em me oferecer uma educação de qualidade, acreditar em mim e por estar presente em todos os momentos da minha vida.

Aos meus queridos **irmãos: Ana Cristina, Cristiane e Cristiano**, pelo companheirismo durante todo o meu processo acadêmico. Foram eles que estiveram sempre propícios a me ouvir, a compreender-me, aconselhar-me ao mesmo tempo em que me motivavam. Obrigada de coração por acreditarem em mim e em meu potencial.

A **todos da minha família**, em especial, aos **meus tios Elmiro e Raimundinha**, por todo apoio durante os anos da faculdade, pois nos momentos mais diversos, estiveram ao meu lado, sempre me incentivando, ajudando e sonhando comigo.

Agradeço à minha **professora e orientadora**, a quem tanto admiro, a **Mestre Virzângela Paula Sandy Mendes**, por sua incansável orientação para a construção e finalização deste Trabalho Acadêmico. Parabéns por toda sua competência, e mais uma vez obrigada por ser tão paciente, por me ouvir, me ensinar, compartilhar suas ideias, e me apoiar incondicionalmente.

Teço meus agradecimentos aos componentes da **Banca Examinadora**, que se fizeram presentes no ato da defesa desta monografia de Graduação. E em especial, a **todos os docentes que fizeram parte da minha formação acadêmica em Serviço Social**, compartilhando seus ricos conhecimentos, bem como ajudando-me a tornar uma pessoa mais política, capaz de enxergar o mundo além do que ele aparenta.

A **todos os meus amigos e colegas** que estudaram comigo durante estes quatro anos de formação acadêmica. Preferi não citar nomes por temer esquecer alguém. Deixo aqui, minha mais profunda gratidão.

"Para realizar, planeje pensando grande e fazendo pequeno, um pouco a cada dia e todos os dias um pouco, porque são pequenas gotas d'água que fazem o grande oceano."

(Assis Almeida)

RESUMO

De acordo com Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2011) o Brasil possui 33 mil crianças e adolescentes assistidos em unidades de acolhimento, sendo distribuídos entre os Estados brasileiros, dentre eles o Ceará, com menor número dessas unidades, um total de 119 instituições. No ano de 2015, o CNJ fez novamente um relatório informando a situação das crianças e dos adolescentes brasileiros destacando que, no Ceará, 1.012 crianças e adolescentes encontram-se em situação de abandono, ou seja, abrigadas em instituições de acolhimento por perda familiar ou mesmo abandono. A partir deste contexto, o presente trabalho científico, objetiva identificar a contribuição da instituição cearense de acolhimento, Abrigo Tia Júlia, na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes abandonados. E para que haja êxito nesta pesquisa científica, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: analisar como se dá o acompanhamento multiprofissional das crianças abrigadas na citada instituição; observar o cotidiano das crianças da instituição de acolhimento, Abrigo Tia Júlia; e analisar os motivos que levaram as crianças a se abrigarem na instituição de acolhimento, Abrigo Tia Júlia. Esta pesquisa é de tipologia exploratória, abordagem qualitativa, instrumentos de coleta de dados, bibliográfico, documental e de campo. Para a execução dessa metodologia utilizou-se da realização de entrevistas semi-estruturadas com os profissionais do Abrigo Tia Júlia. Os resultados deste estudo científico apontaram que as crianças abrigadas e assistidas pelo Abrigo Tia Júlia, têm seus direitos preservados de acordo com o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Palavras-chave: Crianças. Adolescentes. Políticas Públicas. Instituição de Acolhimento. Abrigo Tia Júlia.

ABSTRACT

According to Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2011), there were in Brazil 33 thousand children and teenagers that are being assisted by a child care institution. These children and teenagers are distributed amongst the Brazilian states and Ceará, one of the states is highlighted, as it has the lowest number of child care institutions, totaling 119 institutions. In 2015, CNJ did again a report that informed the situation of the Brazilian children and teenagers and it showed that in Ceará, 1012 children and teenagers are in a hazardous situation, that is: they are sheltered in child care institutions, due to loss of relatives or abandonment. From this background, this paper aims to identify the contribution that Abrigo Tia Júlia, a child care institution from Ceará, makes in defending the rights of abandoned children and teenagers. In order for the scientific research conducted to succeed, some specific objectives were set: analyzing how the multiprofessional monitoring of the sheltered children takes place in this institution; watching the daily routine of the children in Abrigo Tia Júlia; and analyzing the reasons that made the children take shelter in this child care institution. This research is exploratory type, qualitative approach, data collection instruments, is bibliographical, documentary and field, in which semi-structured interviews with the staff of Abrigo Tia Júlia were conducted. The results of this study have shown that the children sheltered and attended by Abrigo Tia Júlia have their rights maintained according to what Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) advocates.

Keywords: Children. Teenagers. Public Policies. Child Care Institutions. Abrigo Tia Júlia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF - Constituição Federal

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CNCA - Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBA - Legião Brasileira de Assistência

MNMMR - Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PNBM - Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PNCFC - Plano Nacional de Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária

RPM - Recolhimento Provisório de Menores

SAM - Serviço de Assistência a Menores

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SNPDCAP - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

STDS - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 HISTÓRIA DAS CRIANÇAS ABANDONADAS: UMA VIAGEM PELA EUROPA E BRASIL	19
2.1 Iniciando a viagem na Europa	19
2.2 Chegando às terras brasileiras	24
3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	33
3.1 As crianças e os adolescentes antes da Constituição Federal de 1988 (CF/88)	33
3.2 Um novo marco regulatório para o atendimento de crianças e adolescentes pós Constituição Federal de 1988 (CF/88)	39
3.3 Instituições de Acolhimento	41
4 REFLEXÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO ABRIGO TIA JÚLIA: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL	44
4.1 Apresentação da Instituição de Abrigo Tia Júlia: campo de estudo	44
4.2 A Aproximação com o Objeto de Pesquisa	47
4.3 Quem são os sujeitos desta Pesquisa	50
4.4 Narrativa dos profissionais que trabalham na instituição de acolhimento Abrigo Tia Júlia sobre o cotidiano das crianças e dos adolescentes assistidos por esta	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICES	63

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Giácomo (2013), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que as crianças e os adolescentes são considerados como prioridade absoluta em consonância com o artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que diz ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar os direitos das crianças e adolescentes. Considerando o que demanda este artigo, a realidade de nossas crianças é que estas continuam tendo os seus direitos violados, seja por seus familiares ou sociedade. Essa problemática vem sendo vivenciada principalmente por crianças que estão nas ruas e em instituições de acolhimentos.

Para conhecer um pouco mais da problemática que envolve as crianças com seus direitos violados foi realizado uma pesquisa para observar algumas estatística que tratam de crianças e adolescentes que estão em estado de vulnerabilidade. Essa estatística teve início com um relatório elaborado em 2003, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que fez um levantamento de crianças e adolescentes que viviam em um unidade de acolhimento. Essas crianças e adolescentes em alguns casos possuíam vínculos familiares, apresentando um quantitativo de 86%. Esta pesquisa mostra claramente o motivo das mesmas estarem acolhidas em uma instituição e identifica como uma das principais causas do abandono dessas crianças a dificuldade financeira dos pais.

Já em outra pesquisa nacional divulgada em 2010, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), revela, no seu relatório, que uma porcentagem de 38% de crianças e adolescentes vivem em situação de pobreza extrema e que este resultado é superior a média da população, mostrando que as mesma vivem em risco frequente. A UNICEF, no ano de 2012¹, novamente divulgou um relatório no qual mostra a seguinte situação das crianças e dos adolescentes brasileiros: em a cada 10 (dez) crianças, 04 (quatro) vivem em situação de pobreza, e que 5.465 crianças estão inscritas no cadastro de adoção.

O Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes (CNCA, 2010) divulgou um relatório mostrando que no Brasil têm 33.361 crianças e adolescentes vivendo em unidade de acolhimento. A partir dessa informação, objetivando resultados nesta questão foi criado um banco de dados pelo Conselho Nacional de Justiça para identificar a quantidade de crianças e adolescentes acolhidos em unidades de acolhimento, em organizações não governamentais, igrejas, ou instituições que possuem algum apoio governamental em todo o País.

¹**Relatório UNICEF, ano 2012** - Relatório disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/PT-BR_SOWC_2012.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2016.

Em 2011, o conselho regional de justiça chegou a informar que no Brasil existia 33 mil crianças e adolescentes acolhidos em unidade de acolhimento, foi também nessa pesquisa que pontuou São Paulo como estado de maior índice de crianças e adolescentes acolhidos em instituição tendo um total de 7.874, ainda em 2011, o CNJ fez um levantamento de quantas instituições existiam por estados. O Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA) explica em um relatório que o estado que possui maior concentração de acolhimento também seria o estado de maior índice de crianças abandonadas. O CNCA mostra em seu relatório que o estado em primeiro lugar de abandono com maior índice de instituição de acolhimento seria São Paulo, pois o mesmo possui 353 unidades de acolhimento, em segundo lugar Minas Gerais com 324 unidades seguido do Rio Grande do Sul com 211, Rio de Janeiro com 166 e o Ceará em último lugar com apenas 119 unidades de acolhimento.

Em 2015, o relatório mostrado pela CNJ, diz que no Ceará há 1.012 crianças e adolescentes cadastrados que vivem em situação de abandono em alguma unidade de acolhimento institucional. As crianças e adolescentes inscritas nesse cadastro não possuem famílias e algumas estão em regime de perda do direito familiar e até mesmo de abandono. Mas, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2016) e o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará confirmam que só o estado do Ceará existe 936 unidades de acolhimentos, também nos mostra a quantidade de crianças e adolescentes vivendo em risco com idade de 0 a 24 anos chegando a um total de 45.225 crianças e adolescentes vivendo em estado de vulnerabilidade. Estas são as crianças que estão em unidade de acolhimento e que não estão cadastradas no cadastro de adoção, dentre estas quantidade citadas apenas 6.332 estão escritas no cadastro da adoção. Conforme pode-se observar essa informação confronta com a do CNJ.

Com os dados citados acima podemos observar o aparato geral da situação das crianças e adolescentes do Brasil, o qual mostra em dados estatístico as condições do abandono destas crianças e adolescentes que dependem de um cadastro de adoção para conseguir uma família substituta, tendo assim uma nova oportunidade de adquirir uma nova família, dentre estas crianças e adolescentes algumas foram tiradas de sua família e outras foram simplesmente abandonadas.

Neste sentido vêm os questionamentos, perguntamos o porque de suas próprias famílias, desrespeitarem os direitos contidos na Constituição Federal de 1988. Em relação a esta problemática vivenciada por crianças que têm seu direito violado e vivem em situação de vulnerabilidade. Os dados citados acima identificam o Ceará tem um índice bastante irrelevante de unidade de acolhimento, o qual resulta numa grande quantidade de crianças em

estado de abandono. Entre essas unidades de acolhimento divulgadas no relatório acima está a Unidade de Acolhimento Abrigo Tia Júlia, uma instituição que dá amparo as crianças e adolescentes abandonadas e destituída do poder familiar.

A partir desta contextualização surgiu o seguinte questionamento que deu origem ao presente trabalho de conclusão do curso: Qual a contribuição da instituição de acolhimento Abrigo Tia Júlia de Fortaleza - CE na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes abandonados?

O interesse em estudar essa temática surgiu a partir de uma experiência no campo de estágio supervisionado de Serviço Social em uma ONG (Organização Não Governamental) no Centro de Convivência Mão Amiga, que é uma instituição especializada no atendimento educacional terapêutico e social de crianças e adolescentes especiais². Neste sentido tive a oportunidade de participar de vários eventos, dentre eles um evento em prol da inclusão social de pessoas portadoras de necessidades especiais, que aconteceu na Praça do Ferreira, em Fortaleza - CE. O evento mobilizou várias instituições, dentre elas, a instituição de acolhimento Abrigo Tia Júlia.

A instituição de Acolhimento Tia Júlia tem como objetivo específico acolher crianças e adolescentes vítimas de abandono. Seu perfil para atendimento é de crianças de 0 a 7 anos de idade, mas ela ainda atende crianças e adolescentes especiais (pessoas que necessitam de cuidados especiais). Esse perfil de atendimento instigou a pesquisadora desse trabalho a conhecer um pouco mais sobre a instituição; como vivem essas crianças e adolescentes; e qual o trabalho desenvolvido para a obtenção de seus direitos dentro dessa instituição de acolhimento³.

Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral, identificar a contribuição da Instituição de Acolhimento Abrigo Tia Júlia na defesa dos direitos das crianças e adolescentes. E como objetivos específicos: analisar como se dá o acompanhamento multiprofissional das crianças e dos adolescentes abrigados no Abrigo Tia Júlia; observar o

²**Crianças e Adolescentes Especiais** - Tem o conceito geral como pessoa com necessidade especial, entendidas como aquelas que tem impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 2, da Lei n.13.146/2015). [...] a deficiência é considerada como toda perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividades, dentro dos padrões considerados normal para o ser humano (SITE FMCSV, 2016).

³**Instituição de Acolhimento** - Pode ser entendido como local de proteção integral para crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade e conflito familiar (RIZZINI, 2013).

cotidiano das crianças e dos adolescentes acolhidos no Abrigo Tia Júlia e analisar os motivos que levam crianças e adolescentes a se abrigarem na instituição Abrigo Tia Júlia.

Para que houvesse uma produção de conhecimento sobre o assunto e perspectiva que seria analisada, ou seja, o abandono de crianças e adolescentes que vivem em uma instituição e a busca dos direitos dentro da instituição de Acolhimento Abrigo Tia Júlia, foi necessário uma direção metodológica. Neste sentido foi realizada uma pesquisa exploratória, que segundo Mascarenhas (2011, p. 09) pode ser definida como:

[...] o primeiro procedimento de todo o trabalho científico. São finalidades de uma pesquisa exploratória, sobretudo quando bibliográfica, proporcionar mais informações sobre determinado assunto. É através da pesquisa exploratória que pode-se avaliar a possibilidade de desenvolver uma boa pesquisa sobre o assunto de interesse.

A abordagem para este estudo científico foi a qualitativa, tendo em vista angariar um melhor aproveitamento no desenvolvimento deste. Segundo Goldenberg (1997) a pesquisa qualitativa não se preocupa com representativa numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Já que as ciências sociais têm suas especificidades, tendo uma metodologia própria. Os pesquisadores que trabalham com qualidade recusam o modelo positivo aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamento nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Pois segundo este mesmo autor, Goldenberg (2007, p. 17):

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências sociais da natureza. Estes pesquisadores se recusam a legitimar seus conhecimentos por processo quantificáveis que vem a se transformar em leis e explicações gerais, afirmam que as ciências têm suas especificidades, que pressupõe uma metodologia própria.

Já para Minayo (2010), a pesquisa qualitativa trabalha o universo de significativos, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalidades de variáveis. A pesquisa oferece possibilidades de captar a maneira do indivíduo pensar e sua reação, bem como proporcionar ao pesquisador o conhecimento sobre a dinâmica e a estrutura da situação sobre o estudo e o ponto de vista de quem a vivencia.

A mesma também teve caráter bibliográfico, o que nos dá embasamento teórico do problema pesquisado, com isso, temos uma visão científica, a qual permite que esse tema seja analisado sob um novo enfoque ou abordagem, produzindo novas conclusões. Segundo Fonseca (2002), todo trabalho científico se inicia através de pesquisa bibliográfica, o que

permite ao pesquisador conhecer o que já foi estudado e ter um amplo conhecimento do objeto que vai ser pesquisado e o espaço onde surgem novos embasamentos sobre o tema pesquisado.

A pesquisa bibliográfica é feita do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como artigos científicos, páginas de web site. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de reconhecer informações ou conhecimentos prévios sobre o problema que se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Este estudo também tem embasamento documental que, de acordo com Marconi (2010, p. 48) "[...] é uma fonte de dados que está restrita a documentos escritos ou não, constituído e que se denomina de fontes primárias." Temos como por exemplo, os documentos de arquivos públicos, estatísticas (senso), documentos de arquivos primários, entre outros. Também fará uso de uma pesquisa de campo na qual o pesquisador tem contato direto com o objeto, a pesquisa tem cunho investigatório que vai além da pesquisa bibliográfica. Como define Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa de campo caracteriza-se pela investigação em que vai além da pesquisa bibliográfica ou documental se realiza coletas de dados junto à pessoa, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.).

Na pesquisa de campo se coleta e observa dados do local, que neste caso será na Instituição de acolhimento Abrigo Tia Júlia de Fortaleza-Ceará, tendo um contato direto com o objeto sem interferência do pesquisador, pois os dados são observados e coletados tal como ocorre espontaneamente (MARCONI e LAKATOS, 1996).

Marconi (2010) vai dizer que a pesquisa de campo tem como objetivo conseguir informações que facilitem respostas para determinado problema, ou de uma hipótese que se queira comprovar ou até mesmo descobrir novos fenômenos para subsidiar uma pesquisa social.

Segundo Minayo (2010, p. 61) de fato, esta estratégia é essencial para:

Aproximação do pesquisador da realidade social sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelece uma interação com os "autores" que confirmam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importante para quem faz pesquisa social.

Assim, para buscar um melhor desempenho deste estudo científico, delimitou-se o campo de pesquisa que veio a ser a Instituição de Acolhimento Abrigo Tia Júlia, que ampara crianças e adolescentes abandonados e que tem seus direitos violados. A instituição

pesquisada conta com o apoio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), do Governo do estado do Ceará.

Assim, de acordo com Martinelli (2012, p. 24),

[...] é preciso conhecer o modo de vida das pessoas envolvidas na pesquisa, portanto neste tipo de pesquisa é importante o contato direto do pesquisador como sujeito, não sendo preciso pesquisar um grande número de pessoa.' Não é o número de pessoa que vai prestar a informação, mas o significado que esse sujeito tem em função do que estamos buscando com a pesquisa.

Assim será utilizada amostra de forma não aleatória, que segundo Martinelli (2012), é o método de amostragem que tem a possibilidade de se escolher certo elemento da população. Farão parte da pesquisa os profissionais que têm contato com as crianças no seu cotidiano, equipe multiprofissional e técnicos da instituição. Os psicólogos, os assistentes sociais, coordenadores, monitores e educadores, com o objetivo de tomar conhecimento das experiências e aspirações sobre a temática abordada e assim tendo um retorno completo da problemática envolvida neste fenômeno, as conseqüências na vida das crianças e adolescentes e as atividades realizadas para o enfrentamento e a defesa dos direitos.

Assim, pode-se apontar de forma clara mecanismos concretos de intervenção ao acolhimento das crianças e adolescentes acolhidos pela instituição. Também será utilizado da técnica de observação direta não participante, que de acordo com Marconi e Lakatos (1996), utiliza dos sentidos, onde se observa os aspectos da realidade do objeto a ser estudado. Não consiste em apenas ver ou ouvir, mas também de examinar os fatos e o fenômeno a serem estudados.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a observação não participante é aquela que o pesquisador tem contato com o objeto de pesquisa, mas não pode integrar, ou seja, não pode fazer parte e tem que permanecer de fora somente presenciando o fato sem participar dele e sem se envolver com a situação, fazendo apenas um papel de espectador. Isso, porém, não quer dizer que a observação não seja consciente, dirigida e ordenada para fim determinado. Este procedimento tem caráter sistemático.

A observação é importante porque tenta descobrir ação, condutas que teve no lugar, em condições cuidadosas, dispostas e controladas. Entretanto, muito aspecto importante não pode ser observado sob condições idealizadas, fato que limita essa observação até certo ponto.

Assim precisa de entrevista, pois segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 193):

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informação a respeito de determinado assunto mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema social.

A entrevista escolhida foi de natureza semi estruturada através de um questionário por que permite que o entrevistador tenha uma lista de questões e tópicos, que poder ser preenchido ou respondido como um guia. Essa entrevista teve uma flexibilidade, que não precisava seguir uma ordem, nela pode-se inserir outras questões no decorrer da entrevista.

Porém, Minayo (2010, p. 64), explica que "[...] semi-estrutural é um tipo de entrevista que o pesquisador pode combinar perguntas fechadas com abertas, e o entrevistado tem possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender as indagações formuladas, ou seja, perguntas elaboradas."

Nessa pesquisa utilizou-se de um instrumento técnico de coleta de dados, o questionário que foi respondido pelos funcionários da citada instituição, contendo apenas 12 (doze) questões abertas, permitindo que o entrevistado e o entrevistador se sentissem a vontade para responder e perguntar. Para a entrevista foi elaborado um roteiro que no início se seguiu, depois houve descontração fugindo um pouco do roteiro desejado. Foi bastante produtiva fornecendo informações necessárias para o objeto estudado, dando flexibilidade e podendo esclarecer ainda mais as dúvidas sobre o estudo.

Segundo Gil (1995) o princípio ético de uma entrevista é fundamental para o estudo no qual se defende a seguridade máxima acima de tudo: não causando danos a ninguém. Alguns pesquisadores acreditam que tal princípio contenha várias dimensões. Neste estudo, o aspecto ético nessa pesquisa, foi por meio de uma autorização concedida pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) do Ceará e pela coordenadora da instituição de Acolhimento Abrigo Tia Júlia.

A pesquisa teve uma abordagem clara, como demanda a resolução CNS 466/12. Os envolvidos na entrevista como já foi falado anteriormente foram os profissionais que trabalham dentro da instituição de acolhimento Abrigo Tia Júlia. Todavia, antes de se dá início às entrevistas realizadas por meio de roteiro, fora apresentado às participantes, um termo livre, esclarecido de consentimento, no qual se explicava como e para que seria a pesquisa, expressando que esta teria caráter sigiloso de todas as informações e coletas obtidas via as mesmas, e estas seriam asseguradas do direito de interromper a entrevista, desde que desejassem. Informando ainda às convidadas da pesquisa que esta teria um único fim, estritamente científico, tendo elas a liberdade de ter o anonimato e assim respeitado se as mesmas desejassem.

Também foi informado as estas profissionais entrevistadas, que teriam o direito de autodeterminação que, de acordo com Barral (2007), o sujeito participante tem direito de

decidir, voluntariamente, se quer ou não participar da pesquisa e também decidir, a qualquer momento, encerrar sua participação, recusando a dar informação ou solicitando esclarecimento acerca do objeto da pesquisa.

Portanto, foi apresentado aos entrevistados um termo de consentimento informando e esclarecendo que as informações coletadas no questionário apresentado somente seria utilizado para o objetivo da pesquisa. Segundo Barral (2007) o documento deveria ter a assinatura dos participantes e a garantia de anonimato.

Para apresentação dos resultados desta pesquisa científica, o trabalho acadêmico foi dividido em 04 (quatro) capítulos: foi feita uma apresentação, ou seja, introdução com seu percurso metodológico, destacando a aproximação e construção do objeto de estudo, os caminhos da pesquisa; a descrição do lócus da pesquisa, os participantes, os instrumentos de coleta de dados (roteiro de entrevista) e os procedimentos realizados para análise dos dados.

No Capítulo 2 (dois) são apresentados discursos e os pressupostos teóricos que embasaram esta pesquisa científica, no que tange a história das crianças abandonadas, na Europa e no Brasil.

No capítulo 3 (três) são abordadas as políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes brasileiros, bem como detalhamentos sobre as Instituições de Acolhimento.

No capítulo 4 (quatro) deu-se espaço para reflexões sobre o acompanhamento de crianças e adolescentes na Instituição de Acolhimento cearense, Abrigo Tia Júlia.

A seguir estão dispostos os caminhos trilhados para o desenrolar desta pesquisa científica.

2 HISTÓRIA DAS CRIANÇAS ABANDONADAS: UMA VIAGEM PELA EUROPA E BRASIL

2.1 Iniciando a viagem na Europa

Para atender a problemática que envolve a violação dos direitos das crianças e adolescentes é preciso estudar seu percurso histórico e como este público foi tratado ao longo de sua história.

Alguns autores irão fazer relatos históricos das crianças e adolescentes pobres nos fazendo entender todo o seu percurso de sofrimento e conquista de direitos. Nos mostra também, como as crianças de um modo geral têm uma grande importância para a história. Mas mesmo estas pessoas que tiveram grande importância para a história do mundo, também tiveram e têm seus direitos violados em toda a questão que lhe envolve. Nossas crianças foram abandonadas, escravizadas e exploradas em diversas situações de suas vidas. Por isso, vamos passear por vários momentos que envolveram essas crianças e adolescentes durante toda a sua vida até os dias atuais. Vamos dar início a história do abandono.

Segundo Marcílio (1998) as crianças pobres deram início às suas histórias de sofrimento com a questão do abandono. As mesmas foram abandonadas e lutaram pela sua sobrevivência. Crianças viviam em ruas ou acolhimentos em instituições de caridade criadas por intermédio da igreja católica. As meninas foram abandonadas ainda no início da idade média. Eram expostas ao abandono por várias questões, principalmente em decorrência da situação de pobreza que envolvia as questões sociais. As crianças e adolescentes eram abandonadas por não terem utilidade futura, segundo argumentos de alguns adultos. Este argumento era principalmente para as crianças que nasciam com má formação, que segundo os pais, seriam um peso para a família na época (ARIÉS, 1981).

Segundo Marcílio (1998) o sofrimento destas crianças pobres começou com o abandono, e no decorrer de sua história esse sofrimento só aumentava. As mesmas tiveram que enfrentar vários anos de sofrimentos e desrespeito. A história de abandono teve início na antiguidade, mas esta história não tem uma escrita visível para todos, a história das mesmas está escrita nas entrelinhas dos documentos. As crianças pobres, segundo alguns autores que serão pontuados a seguir, sofreram e enfrentaram vários tipos de violações. Este sofrimento vem sendo enfrentado principalmente por crianças pobres e negras. O sofrimento das crianças

e adolescentes segundo sua história, começa basicamente por causa das condições sociais, as quais mostram claramente como nossa sociedade foi e ainda é cruel.

Para Marcílio (1998), a história de sofrimento deste público começou há muitos anos atrás, logo no início da antiguidade, tendo com exemplo a história contada na bíblia sagrada sobre o abandono de Moisés que foi criado por uma filha de um faraó. Assim, esta história daria início ao abandono infantil no mundo, se estendendo por vários séculos. O abandono se aprofundou desde o ano de 1384. Neste período as crianças eram como uma peste. Nasceram aos monte, elas apareciam de todo os cantos da cidade e eram abandonadas em todo lugar. De acordo com esta situação, este ano ficou marcado como peste negra. Nesta época nasciam muitas crianças e as mesmas eram abandonadas em qualquer lugar e deixadas à própria sorte.

Para os gregos e romanos, quem abandonava uma criança era considerado como um ser cruel e perverso, sendo considerado um ato de crueldade. Durante o império romano o ato de abandono era condenável. O imperador Constantino, em 315 reconheceu a questão econômica como sendo uma das principais causas de abandono. Procurou fazer funcionar um sistema de assistência aos pais, para que os mesmos pudessem criar seus filhos e fossem impedidos de vendê-los, abandoná-los e expulsá-los. Após isso, o ato de abandono começou a ter punição com pena de morte (COSTA, 1993).

As crianças eram responsabilidade de seus pais, mas quando isso não acontecia por algum motivo, seja por questões financeiras ou qualquer outro que fosse, elas eram entregues aos mosteiros. Neste lugar as crianças poderiam seguir a carreira sacerdotal e ser batizadas, podendo assim serem salvas. Isso porque na Idade Média, o batismo era muito importante para salvar a alma das pessoas. Nesta época se pensava muito na questão religiosa. Quando uma criança era abandonada, este abandono era pensado como uma espécie de castigo e acreditava-se ser uma espécie de purgatório mirim, ou seja, as crianças estavam sofrendo pagando pelos pecados de seus pais. E ainda acreditava-se que a comunidade cristã tinha como obrigação proteger os meninos e meninas abandonadas (MARCÍLIO, 1998).

Segundo Áries (1981), as crianças eram abandonadas pelo simples fato de sua existência. Sabe-se contudo, que algumas mães abandonavam seus filhos por acharem que as mesmas teriam mais chances de serem criadas por outra família e terem uma vida melhor que elas podiam oferecer. Segundo elas, abandonar seus filhos seria solução imediata. Elas acreditavam que as mesmas não iriam sofrer porque alguma alma boa as encontraria e as dariam uma nova vida.

As crianças era abandonadas muitas vezes porque eram filhas de mulheres que tiveram uma relação extra conjugal, sendo chamadas de mães solteiras, que se envolviam com seus patrões ou ainda porque eram filhas de casais muito pobres, os quais não possuíam recursos financeiros para criá-los. As crianças eram abandonadas sem distinção de cor, raça e religião. Eram deixadas nas ruas, desprotegidas, e assim eram levadas para os mosteiros, sendo a única chance de sobrevivência da época (MARCÍLIO, 1998).

De acordo com Áries (1981), as crianças começaram a ser desvalorizadas no início da Idade Média na Europa. Elas não eram consideradas como crianças e sim como pequenos adultos, mas um adulto sem direito ou status sociais. Viviam como se fossem anônimos, não existiam. O fato é que nesse período, as crianças representavam mais uma despesa para os seus pais. Para algumas famílias, ter filhos não estava no projeto de suas vidas e quando isso acontecia, os mesmos abandonavam as crianças em qualquer lugar, muitas dessas crianças se tornavam mendigos ou eram pegos para serem escravos. Nesse período não existia por parte de algumas famílias sentimentos por crianças.

Em Portugal, como também em toda a Europa, existia um desapego para com as crianças, elas morriam muito neste período e existia uma alta taxa de mortalidade, sendo verificada em toda a Idade Média. A expectativa de vida das crianças pobres e abandonadas naquela época era de no mínimo 14 anos. A metade dos nascidos vivos que atingissem seus 7 anos era um sinal que este vingaria. As crianças eram consideradas pouco mais que animais e pensavam sempre na mão de obra futura. Como elas eram jovens, sua força de trabalho deveria ser aproveitada ao máximo, enquanto durava sua curta vida (RAMOS, 2013).

Já Marcilio (1998), vai dizer que foi na Itália onde teve início a chamada roda de “enjeitados” (ou expostos), nome dado ao lugar onde se colocavam as crianças que se encontravam em situações de abandono por seus pais. Estes além de serem abandonados por seus pais eram também excluídos pela sociedade. A roda de “enjeitados” (ou expostos), era uma roda mesmo que existia na frente de uma instituição ou Santa Casa de Misericórdia, e a mesma tem um formato de cilindro de madeira com divisória que continha um colchão para colocar as crianças recém nascidas, que foram abandonados pelos pais. Esta roda ficava no lado de fora das Instituições e Santas Casas, com uma abertura para colocar as crianças. Nesta roda existia um dispositivo giratório, que ao ser acionado uma sineta, fazia a roda girar, fazendo com que as crianças fossem conduzidos para dentro das dependências da instituição ou Santa Casa, sem que as mesmas fossem identificadas.

As rodas de expostos tiveram origem na Europa no século XVI, dando início na Itália durante a Idade Média. Neste período, também teve início o trabalho da irmandade de caridade, que se preocupava com uma grande parte de crianças que estavam sumindo na época. Este grupo de irmandade trabalhava, dentro do Hospital de Roma, a mesma implantou um novo sistema de proteção à criança exposta ou abandonada dentro dos hospitais, pois os hospitais antes de serem rodas, eram lugares para receber doentes, doações e mantimentos. Mas como o passar do tempo, ele se tornou o destino dos recém nascidos (MARCÍLIO, 1998).

A partir da segunda metade do século XVIII, em Milão e Veneza, era possível observar no abandono uma questão de gênero, o sexo das crianças pesava no abandono, ou seja, as crianças eram abandonadas por serem meninas. Constatou-se que neste período deu-se um número bastante significativo de abandono feminino, ou seja, as meninas eram abandonadas em maior quantidade do que os meninos (ARIÉS, 1981).

De acordo com Áries (1981), ainda que na metade do século XVIII, a prática de abandono de crianças acontecia no espaço urbano nas vilas, mas sua concentração existia na zona rural, onde residia a grande maioria da população da época, nas vilas e cidades da Europa.

Conforme dito anteriormente por Marcílio (1998) as mães solteiras abandonavam seus filhos por causa da miséria vivenciada pelas mesmas. Assim abandonavam seus filhos nas instituições e ainda tiravam vantagem, ou seja, elas os colocavam em asilos e se ofereciam como amas de leite. Dessa forma tiravam dupla vantagem, se livrariam das crianças e ainda ganhavam um salário se oferecendo como amas de leite no próprio estabelecimento no qual abandonavam seus filhos. Por conta dessa questão foi elaborada uma estrutura a serviço do abandono. Foram criados albergues, asilos, hospícios e lares em quase toda a Europa ocidental para dar conta de tantas crianças abandonadas.

Segundo Áries (1981), os asilos, inicialmente eram considerados como lugares temporários para acolher crianças abandonadas e aos poucos foram se tornando definitivos ou prolongados. Eles eram vistos como a única fonte de alimento e sobrevivência de pessoas não produtivas, também eram vistos como uma possibilidade de um possível dote para as moças se casarem e também uma profissão para rapazes.

Para Priore (2013), foi na Europa que apareceu os primeiros albergues. Surgiu primeiramente em Milão, por volta do ano de 787 por um padre chamado Datheus. A partir deste ano em diante, as outras cidades européias aderiram a ideia e construíram na Siena no

ano de 832, depois veio a Pádua em 1000, Montepelier em 1070, Einbeck em 1200, Florença em 1317, Nuremberg em 1331 e Paris em 1326. Em Portugal, dona Izabel, a rainha, fundou um lar para as crianças “enjeitadas” (ou expostos) em Santarém, que ficou conhecido como hospital Santa Maria dos Inocentes no ano de 1321.

Esta prática de abandono tem sobretudo uma raiz antiga, tendo seu registro de prática em abundância na Europa. Neste período, a pobreza se agravava, assim exigindo uma intervenção das cidades medievais. Em Portugal antes do Brasil ser colonizado, as câmaras municipais e hospitais como as Santas Casas de Misericórdia começaram a criar formas de asilos para acolher crianças e adolescentes abandonados (RIZZINI, 2013).

Venâncio (2013) expõe que em alguns países como Roma, o ato de abandono era prática comum e suas causas eram variadas, quando as mesmas eram abandonadas tomavam destino como se prostituir, virar gladiadores (pessoas que treinavam com leões, tigres e outros animais perigosos). Mas também existiam as que se tornavam servos (escravos).

Ainda conforme este autor, na Roma antiga, os ricos e pobres abandonavam, enjeitavam ou afogavam seus filhos nascidos com má formação. Os pais ricos além do motivo da má formação, também abandonavam seus filhos quando havia alguma dúvida quanto à fidelidade. Para os pais pobres os motivos se ampliavam, devido não disporem de condições financeiras para criar uma criança defeituosa, na verdade esta se tornaria um peso para a família, assim ao nascer era deixada na rua, contando com a sorte de que uma pessoa de bom coração a acolhesse.

Em Portugal, os estabelecimentos que acolhiam as crianças abandonadas junto às Santas Casas de Misericórdia tinham o nome de casa de "exposto". As crianças chegavam e logo eram matriculadas para poder ter direito a amas de leite, até completarem idade de se alimentarem sozinhos. Neste período não existia registro que informava sobre a situação das crianças, como por exemplo, doenças, fome e os maus tratos, para explicar a causas das morte de crianças enjeitadas da época. O destino destas crianças era a preocupação dos administradores dos hospitais de acolhimento da época (PRIORE, 2013).

Segundo Venâncio (2013), poucas pessoas sabem que o mundo europeu estabelecia rígidos limites nas atividades que envolviam crianças e adultos no período das grandes navegações. Os viajantes da época ficariam chocados com a situação vivenciadas por estas crianças e adolescentes do período, pois existia muita falta de sensibilidade para com as mesmas. As crianças durante toda a expansão marítima européia viviam do trabalho nas embarcações, sendo um trabalho valorizado por causa da sua mão de obra barata. Elas eram

exploradas no século XVI e XVII, pois a grande maioria da tripulação da época era de crianças e adolescentes que executavam todo o trabalho e os mesmos teriam até 15 anos de idade. Os mesmos era 10% da tripulação das caravelas Urca e Galeões, que vinham da guerra ou dos mercadores.

As crianças e adolescentes pobres da época do descobrimento do Brasil pelos portugueses sofreram bastante, os mesmos foram escravizados juntamente com seus pais. As famílias pobres sofriam muito com as questões de desvalorização econômica e cultural. Os portugueses só possuíam interesse nas terras e mãos de obra produtivas, os pobres negros eram escravizados. Com toda esta questão do início da conquista do Brasil, as famílias pobres se viam em desespero, os mesmos pensavam como iriam criar seus filhos em uma vida difícil e sofrida, assim, se iniciou o abandono das crianças no Brasil (RAMOS, 2013).

2.2 Chegando às terras brasileiras

A história das crianças brasileiras não foi diferente das crianças pobres da Europa que foi comentado no texto anterior. Essas crianças pobres passaram por um processo histórico bastante sofrido, o qual será pontuado no próximo capítulo. Os autores em questão trataram a história das crianças e adolescentes antes e depois do descobrimento do Brasil.

Algumas crianças eram raptadas e arrancadas à força de suas famílias. Este tipo de procedimento era feito pela coroa portuguesa em 1486, durante o povoamento da ilha de São Tomé, este método cruel era feito para manter a mão de obra e manter o controle da população judia em Portugal. As crianças pobres eram jogadas nos navios para o trabalho escravo. Elas representavam uma grande perda afetiva para família dos judeus, os filhos eram quem ajudavam na economia, quando os mesmos eram tirados deles perdia-se uma boa parte da mão de obra, era a sobrevivência da família, as crianças pequenas representavam a mão de obra futura (RAMOS, 2013).

A história de sofrimento das crianças e adolescentes pobres deu-se no início das grandes navegações, quando os mesmos foram explorados e maltratados. Essas crianças e adolescentes pobres foram obrigadas a vários tipos de situações. Foram exploradas com trabalho e abusadas sexualmente, acontecendo tudo isso dentro das embarcações vindas para o Brasil antes do mesmo ser descoberto. Em 1500 as crianças já viviam um descaso em relação a sua vida no caminho para o Brasil (PRIORE, 2013). Essa questão será abordada a seguir, pelos autores.

Antes do descobrimento em 1500, as crianças viviam dentro das embarcações a caminho para o Brasil enquanto as terras brasileiras ainda não eram povoadas. Os relatos que temos sobre a história em geral dos emigrantes para o Brasil é de que quase ninguém sabia ou apenas poucos sabem que nestas embarcações existiam poucos homens e menos ainda mulheres que pudessem se aventurar a nova terra de Santa Cruz no século XVI. Neste período as crianças subiam a bordo em condições para serem "grumetes" (uma espécie de praças que faziam a limpeza e ajudavam os marinheiros em diversos trabalhos) e "pajens" (pequenos marinheiros responsáveis pela limpeza). As crianças eram sujeitas a todo tipo de abuso sofridos em alto mar, neste período as mulheres eram proibidas de subir a bordo (RAMOS, 2013).

Neste contexto as crianças eram chamadas de "grumetes" e "pajem" e as mesmas eram obrigados a aceitar abusos sexuais de marujos rudes e violentos dentro das embarcações. As crianças mesmo acompanhadas por seus pais eram violentadas por pedófilos. As meninas órfãs eram guardadas e vigiadas cuidadosamente pelo menos até chegar a colônia. Essas crianças vinham da Europa para as novas terras conquistadas (RAMOS, 2013).

Ainda de acordo com Ramos (2013) quando as embarcações eram atacadas em alto mar pelos piratas, os adultos pobres eram mortos, os ricos aprisionados e as crianças pobres viravam escravos. As crianças eram forçadas a servir os navios de corsários (embarcações armadas de propriedade privada), franceses, holandeses e ingleses. As mesmas eram forçadas a prostituição exaustiva até chegar a sua morte.

Venâncio (2013) afirma que as crianças vivenciavam muitas dificuldades dentro das embarcações, não eram valorizadas, mas seu trabalho sim. Eram considerados os melhores "grumetes" que existia. Além de terem mão de obra barata não davam prejuízos pois consumiam poucos alimentos. As crianças e adolescentes substituíam a força de trabalho dos adultos na execução de várias atividades e ainda poderiam ser usados como "porta-cartucho", ou seja, eram usados para lidar com as bombas de estopas colocadas nos canhões e nas demais armas de fogo das embarcações e suas atribuições não paravam.

Neste período, era enviado para os portugueses um documento sobre o que acontecia nas colônias, ilhas e aldeias, existia um documento feito por líderes, estilo relatório, no qual os mesmos relatavam de um modo geral tudo o que acontecia. Mas a história trágica das crianças não era contada em vistas clara neste documentos, ainda podia se ver alguma coisa a respeito dos mesmo nas entrelinhas do documento que os donos do poder mandavam. Mas os poderosos da época não queriam saber nada da situação geral da população apenas do fato

econômico e político, os mesmos não se interessavam em ler nas entrelinhas dos documentos onde constava tudo sobre a situação das crianças pobre e sofridas (RAMOS, 2013).

Ao longo da história, as crianças pobres, órfãs e enjeitadas tiveram um triste destino, as mesmas foram escravizadas e obrigadas a serem recrutadas nas embarcações marítimas sem nenhum preparo, segundo os adultos as mesma conseguiriam executar os trabalhos das embarcações, pois eram fortes. As crianças viviam uma vida rude e seu aprendizado era em alto mar. A escola deles eram em alto mar, os mesmos não tinham família e nem destino (VENÂNCIO, 2013).

As crianças eram considerados pequenos trabalhadores quando tinham entre 09 e 16 anos no século XVII. Pode-se observar que a maioria da tripulação das embarcações eram de crianças e que trabalhavam, os mesmos eram roubados ou recrutados para exercer funções que poderia ser de 27 adultos. Isso seria uma prova da importância das crianças nas embarcações e tiveram presença na aventura marítima e prova também a exploração de trabalho infantil na época de 1560 (RAMOS, 2013).

No período de 1500 a 1596, as crianças eram consideradas pequenos adultos, e as meninas de 15 anos já poderiam se casar e os meninos de 9 anos teriam capacidades para o trabalho pesado. As crianças que trabalhavam nas embarcações eram extremamente exploradas. A história das crianças em questão de exploração vem sendo vivenciada por muitos séculos, mas mesmo sendo exploradas e tendo uma presença em toda a mão de obra, as mesmas não tinham importância para sociedade da época (RAMOS, 2013).

De acordo com a história, a vida das crianças passa por vários estágios, fossem em casa com seus pais ou na rua como mendigos ou ainda em exploração de sua mão de obra (trabalho). A realidade é que as crianças tem seu percurso histórico sofrido e marcado em todo o contexto social e cultural. Elas mesmas sendo pessoas desvalorizadas, tiveram grande importância para a construção histórica do mundo (RIZZINI, 2011).

Priore (2013) vai afirmar que apesar das crianças terem grande importância para a construção histórica, são poucas as palavras que definem o ser criança, este ser especial que ao longo de sua história teve percurso marcado pelo sofrimento e instabilidade social, mas que continuam sendo seres "pequenos", "ingênuos" e "infantis". Essas são expressões que foram utilizadas em documentos que se referem às crianças na vida social na América. Na realidade, para os adultos, as crianças e adolescentes eram seres sem personalidade, seres em transição e por não dizer seres de espera. Segundo o que relata Priore (2013, p. 84):

[...] as crianças teriam várias fases, a sua fase da qualidade na primeira idade que e chamada de "Puerícia", onde as mesmas eram consideradas um ser quente e úmido que durava do nascimento ate seus 14 anos. A segunda seria a fase da adolescência, na qual a mesma era um ser quente seco que se iniciava aos 14 anos e ia até os 25 anos.

Nesta citação o autor se refere ao ser homem, aquele que tem qualidade específica para cada período de sua idade. O mesmo em sua primeira idade que está na "infância", ou seja, crianças em uma fase que podem ser modificadas e transformadas. Já na sua segunda fase, que chega na adolescência e adulta, os mesmos têm suas personalidades formadas, muitas vezes não podendo ser modificadas. Os mesmos quando crianças são seres em formação abertos para mudanças. Quando adolescentes e adultos são seres quentes e secos que não deixam ser modificados, já estão completos. Segundo Priore (2013), estas fases são de transição, ou seja, transformação e aproveitamento.

Segundo Costa (1993), a população infantil é considerada inocente e esta concepção é construída no século XVI e XVII, em consonância com a nova sensibilidade burguesa da época que tinha como núcleo separar as crianças dos adultos em sua questão social. Elas eram consideradas incapazes de se prover do ponto de vista material ou moral. Tão pouco ultrapassar a etapa de maior dependência. Mas claro não são todos que têm essa concepção em relação as crianças.

Para Venâncio (2013) no século XVII, o abandono de crianças era registrado como sendo um drama português, ou seja, várias câmaras começaram a pagar as famílias para acolher as crianças "enjeitadas" ou "expostas" esses eram os nomes dado as crianças abandonadas da época. Nesse período os hospitais acolhiam as crianças como também as Santas Casas de Salvador em 1726, Rio de Janeiro em 1738. Por isso, foram importadas de Portugal as chamadas rodas de expostos, as mesmas iriam servir para acolher as crianças recém nascidas abandonadas.

Marcílio (1997) vai dizer que o acolhimento destas crianças abandonadas se deu no século XVIII e o mesmo seguiu uma tradição portuguesa. As Santas Casas de Misericórdia monopolizaram a assistência às crianças abandonadas, contando com o auxílio da respectiva Câmara Municipal. Assim, pode ser observada a atenção das entidades religiosas e do poder local, principalmente pelo poder público, que contribuiu financeiramente para manter essas crianças e também alguns adolescentes nas Santas Casas.

Quando as crianças ainda recém nascidas chegavam as Santas Casas elas eram alimentadas por amas de leite ainda bebês, já com idade prevista para desmame que era até

seus três anos de idade. As amas de leites eram mulheres pobres e em sua maioria não tinham nenhuma instrução e as mesmas eram pagas para fazer essa função (MARCÍLIO, 1998).

Venâncio (2013) vai acrescentar que o abandono das crianças era universal por razões morais, sociais e econômicas. Essas causas geravam grande sofrimento, pois essa má conduta comprometia a salvação das almas das crianças. As crianças eram abandonadas antes do batismo. Segundo a população da época o batismo salvava a alma das crianças e dos pais, as que não eram batizadas eram amaldiçoadas junto com seus pais.

No século XVII, existiam várias formas de violência contra as crianças, e uma delas era a cometida por sua própria mãe, ou seja, a mesma deixava seus filhos a "Deus dará", passando fome. A desculpa neste período era da instabilidade econômica. Pode-se dizer que a vida destas crianças e adolescentes fora marcada, nesse século, por esmolas pedidas nas portas das igrejas, muitas vezes com suas "genitoras" (PRIORE, 2013).

Neste período existiam violências provocadas pelos pais contra os filhos. Os pais batiam em seus filhos com chicotes, era um hábito de pais estúpidos, em que os mesmos castigavam seus filhos e ainda ficavam dando risadas (PRIORE, 2013).

De acordo com Venâncio (2013), a situação das crianças brasileiras não era diferente das de Portugal no período colonial e imperial. no Brasil a história que contam é que foram criadas várias casas de "expostos", junto as Santas Casas de Misericórdia, as mesmas funcionavam como instituição com regimes lusitanos (povo ibéricos pré-romanos que viviam em grande parte Portugal). Essas instituições recebiam crianças somente até 7 anos de idade, e algumas destas instituições existiam desde o século XVII.

Ariés (1981) diz que o Brasil, desde a colônia até a crise do império no final do século XIX, as crianças abandonadas eram tratadas pelo nome de "expostos" e "enjeitados". De acordo como a história, o perfil das crianças abandonadas da época eram recém nascidas. Os mesmos eram deixados em locais seguros segundo as mães, pois as mesmas tinham certeza de que eles seriam recolhidos. Os locais mais comuns eram as igrejas e conventos (ARIÉS, 1981).

Segundo Marcílio (1998) no Brasil, não existia nenhum atendimento para as crianças pobres e abandonadas. O Brasil passou a adotar o atendimento às crianças abandonadas seguindo uma tradição vinda dos portugueses que criaram a chamada roda de "exposto". O primeiro registro da roda no Brasil, que se tem notícia, seria após a instalação da Santa Casa de Misericórdia, em Salvador, no ano de 1726, depois no Rio de Janeiro em 1738, e São Paulo em 1825, e ainda surgiram rumores de uma quarta roda em Campos - RJ.

Na primeira década do século XIX, os registros que se têm sobre a história das crianças abandonadas no Brasil vêm dos documentos das Santas Casas. Nos registros mostram a quantidade de crianças mantidas nas rodas e orfanatos, assim mostra-se claramente o descaso para com essas crianças. Nos documentos das Santas Casas existiam poucos registros sobre a história das crianças, porque os mesmos não teriam o domínio da escrita. No Brasil existia um alto nível de analfabetismo e todo registro dependia do poder local, onde os mesmos escreviam o que lhes era conveniente (MARCÍLO, 1998).

Segundo Áries (1981) os registros do poder local no final do século XIX, constavam que as crianças morriam muito. No Brasil os higienistas da época procuravam explicar e combater a mortalidade. Nesse período havia diferentes tipo de doenças e diferentes tipo de tratamentos para as crianças que faziam distinção de cor, raça e sexo. Mas com tudo isso a mortalidade na época era grande e atingia a todas as crianças sem distinção. As crianças brancas ainda bebês eram entregues as amas de leite, os pequenos escravos sobreviviam com dificuldade, as suas mães serviam de amas de leite para as crianças brancas e as mesmas tinham que seguir a rotina das mães, as crianças negras passavam fome e tinham um grande desafio, conseguir sobreviver.

A rotina do nascimento era a mesma para todas as crianças, nasciam de partos. Nesse período existia as chamadas "parteiras" mulheres que faziam os partos. Os recém nascidos brancos eram todos alimentados pelas escravas chamadas amas de leite (PRIORE, 2013).

No século XIX algumas mães não tinham escolha em abandonar seus filhos, principalmente as negras, as mesmas encontravam na roda de exposto a única opção de sobrevivência para as suas crianças. As crianças abandonadas eram crianças pobres e negras, as mães das mesmas acreditavam ser a única oportunidade para que seus filhos tivessem outra vida e quem sabe poderem crescer livres.

As crianças possuem em sua infância três momentos que se modificam dependendo das condições sociais dos pais. O primeiro momento está relacionado com o nascimento, ainda o da amamentação que determina entre 0 a 3 anos de idade, já o segundo momento vai dos 4 aos 7 anos, assim vai à diante. Passando esses momentos as crianças estão mais fortes segundo seus pais. As crianças cresciam a sombra dos pais, ou seja, os mesmos acompanhavam nas tarefa do dia a dia. Nesse estágio da vida das crianças os pais foram descobrindo que as crianças depois de seus 7 anos poderiam fazer pequenas atividades. Estudar em casa ou em rede pública, em escola rígidas, que foram criadas na segunda metade do século XVIII. Para as crianças e adolescentes pobres o ensino era um grande privilégio na

época. Os mesmos eram ensinados e ainda aprendiam algum ofício e se tornavam "aprendizes" (PRIORE, 2013).

As crianças pobres viviam soltas nas ruas andando para todo os lados da cidade, perambulando com ou sem alguma finalidade, algumas ajudavam suas mães e outras viviam simplesmente na rua abandonadas, as mesmas faziam das ruas sua morada, ou seja, a rua era seu mundo. A maioria das crianças vivia nas ruas fugidas de suas casas, eram muito pobres e ainda tinham pais estúpidos, as mesmas não tinham ninguém por elas (SCARANO, 2013).

Segundo Scarano (2013) os escravos viviam em senzalas com seus pais, quando as crianças eram pequenas, as mesmas poderiam correr pela casa grande, eram criadas como os filhos do seu dono, os seus senhores aceitavam seus filhos, os donos achavam as crianças negras engraçadas, eram como um brinquedo pra eles, mas quando cresciam se tornavam escravas e trabalhavam igual aos pais escravos.

Acredita-se que em algum dia existiria um novo mundo no qual as crianças poderiam ser descobertas; onde teriam um novo olhar em sua direção e teriam um resultado importante na transformação das relações com outros indivíduos e grupos, ou seja, poderiam nascer novas formas de afetividade se apropriando de sentimentos, na qual igreja e estado tivesse um papel fundamental. Eles pensaram nas crianças indígenas como um grande trabalho, as mesmas eram como um papel em branco, ou seja poderiam ser escritos e poderiam ser moldados. Mas pouco se foi criado ou quase nada de políticas públicas para as crianças ao longo do século XVIII (CHAMBOULEYRON, 2013).

Segundo Priore (2013) em 1824, a diferença social era bastante acentuada e as crianças e adolescentes eram vítimas dessas desigualdades sociais. Elas estavam ligadas a baixa da economia e enfrentamento as tensões sociais da época. Existia as diferenças das classes sociais, a partir de uma classificação entre rico e pobre. Sendo os pobres, sem dúvida, os mais vulneráveis. Daí foi criado um ditado popular em relação a alimentos:

Morreu!Comeu! O pequerrucho inicia-se cardápio familiar, degustando pirões escaldados, peixes cozidos, carne desfiada, caldos de panelas engrossados com farinhas cessada. Não havia diferença entre a alimentação infantil e adulta (PRIORE, 2013, p. 89).

Este ditado popular retrata o tratamento das crianças e dos adultos em relação aos cuidados com a alimentação "pequerruchos" como eles pontual, as crianças tinham e poderiam se alimentar como os adultos sem distinção de alimentos, ou seja, não tem diferença. Assim, Priore (2013) foi bem claro, as crianças eram tratadas como adultos antes dos seus sete anos de idade.

Por outro lado, as crianças eram bem tratadas quando eram ainda bebês pelos seus pais. Mas quando as mesmas começavam a se alimentar sozinha, já se identificava que poderiam sobreviver, sem precisar de seus pais e participar das atividades com os adultos. No trabalho, as crianças eram tratadas com igualdade (PRIORE, 2013).

Conforme Scarano (2013), no século XVIII, as crianças negras eram menos valorizadas, ou seja, esquecidas, ignoradas, pouco ou quase nada se falava destas. Prova disto, as mesmas, a exemplo de escravos, pobres e mulheres, não constavam nos documentos oficiais, em formato de relatórios, que retratavam o cotidiano da população brasileira, redigidos por representantes da Corte no Brasil, que muniam de informações a Corte Portuguesa.

Venâncio (2013) expõe que nesse mesmo período citado pelo autor Scarano (2013) as crianças brasileiras, em especial os meninos que não eram filhos dos aristocratas, mesmo sem nenhuma experiência, foram recrutados para lutar em batalhas travadas contra o país vizinho, Paraguai, um total de crianças que permeia 06 (seis) centenas.

Observa-se também que, tanto as crianças pobres, quanto as órfãs, as enjeitadas e, principalmente, as que moravam em aldeias de pescadores, segundo Venâncio (2013), eram forçadas a viver e trabalhar em alto mar, ingressar na marinha brasileira, sem direito a frequentar a escola, a conviver com seus familiares. Porém, no final do século XVIII, o recrutamento infantil passou a ser proibido, devido vigorar a existência da idade mínima para o ato de recrutar para batalhas/guerras.

Portanto, a história sobre as crianças demonstra claramente que estas fizeram parte da grande população do século XVIII, que nasciam de mães escravas, mas eram alforriadas, em números bastante relevantes, de diferentes misturas e etnias, a exemplo das mulatas e mestiças.

No período napoleônico, de acordo com Scarano (2013), mesmo não sendo mais concebidas como escravas, essas crianças, em especial as de cor, filhas de pessoas pobres ou de escravos, ainda eram exploradas pelos donos das terras em que viviam, pois aprendiam a tocar e cantar na igreja, e estes cobravam por suas apresentações em alguns lugares onde a sociedade se reunia para ouvir música; outras atuavam enquanto artesãs, ou nos afazeres domésticos. Não podendo deixar de pontuar que a igreja católica teve sua devida importância na vida dessas crianças, pois o batismo era para todos, sem distinção de cor, raça ou etnia.

A partir dos anos de 1830, conforme Florentino e Góes (2013), tanto nasciam quanto morriam muitas crianças. Poucas conseguiam chegar à idade adulta, ou seja, em torno de 2/3

destas, morriam antes de completar 01 (um) ano de idade, e 80% chegavam ao máximo dos seus 05 (cinco) anos idade. Quando conseguiam chegar aos 14 (quatorze) anos de idade já eram consideradas adultas e prontos para o trabalho.

Os autores ainda ressaltam que nesse período, o foco principal é de que as mulheres não fossem mães, mas que trabalhassem em cafezais, plantações de cana de açúcar e demais atividades que envolvessem a terra.

Chegando ao século XIX, Mauad (2013) observa que o olhar dos adultos brasileiros sobre suas crianças e seus adolescentes começou a mudar, onde a educação passou a ser preocupação para auxiliar em seus crescimentos. Mas claro que os filhos da elite tiveram a prioridade, iniciavam seus estudos aos 07 (sete) anos de idade, em colégios bem conceituados, e se formavam em advogados. A escola, nas fazendas, só veio a se fazer presente na metade deste mesmo século.

Por fim, mesmo com todos esses relatos da falta de cuidado, zelo e proteção para com as crianças e os adolescentes brasileiros, Santos (2013), expõe no que tange estes, no cenário da criminalidade, só veio a surgir no século XX, a partir de artigos publicados em uma revista de origem paulistana, denominada por "Álbum das Meninas", que passaram a denunciar casos, que os envolviam. Com tais divulgações e denúncias percebe-se a necessidade de se criar políticas públicas que viessem a ser voltadas para estes que, nos dias de hoje, são entendidos, envelopados como o "Futuro do Brasil".

3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

3.1 As crianças e os adolescentes antes da Constituição Federal de 1988 (CF/88)

No Brasil, mais precisamente no século XVI, segundo Rizzini (2011), este foi o período em que os jesuítas desenvolveram estratégias para a educação indígena, em que passou-se a demonstrar o cuidado com a infância brasileira, e em que foi criado o programa educacional, denominado "Rati Studiorum", no qual se classificava e estabelecia a idade para o ingresso aos estudos e cursar determinada matéria/disciplina, permitindo até que crianças órfãs, nascidas em Portugal, viessem a estudar em terras brasileiras.

Freyre (2003) complementa afirmando que nesta época, neste século, enveredando para o século seguinte, XVII, a educação passou a ser prioridade, em que esta era regida pelos jesuítas que procuravam beneficiar também crianças enjeitadas, louras sardentas, pardas, morenas, cor de canela, filhas de caboclos; de portugueses; e de mamelucos, além das que eram advindas de Lisboa (Portugal).

Além dos jesuítas, no que tange à assistência às crianças nesses dois séculos, XVI e XVII, conforme Rizzini (2011), deve-se citar mais duas instituições que dividiam essa tarefa de atender, cuidar das crianças pobres, abandonadas, a Câmara e as Casas de Misericórdia. Dentre os cuidados podem ser citados: o de amas de leite serem pagas para amamentar as crianças recém-nascidas por um período de 03 (três) anos; e o da Câmara se responsabilizar por crianças órfãs, dando-lhes abrigo e educação.

Durante os séculos XVIII e XIX, veio a predominar a prática da caridade que buscava zelar, recolher crianças pobres, tão logo órfãs, ainda segundo Rizzini (2011), por meio do programa "Rodas de Expostos", que a partir da implementação do mesmo, permitiu-se que em meados de 1730, instituições de acolhimentos à crianças, adolescentes, idosos e pessoas doentes, viessem a ser criadas pela Igreja Católica, por meio do usufruto das já existentes, Santas Casas de Misericórdia.

De acordo com Rizzini (2013), no Brasil, a primeira lei penal do Império, foi o Código Penal de 1830, em que estabelecia a punição de menores de 9 anos e 14 anos que tivessem discernimentos sobre seus atos, com base nesta noção se discutia parâmetros de discernimentos dos menores entre a questão dos loucos, gerando dúvidas, será que as crianças tinham consciência de seus atos? Ou será que elas eram capazes de planejar crimes? Ou

mesmo estariam motivados por suas naturezas pueris, pelas quais não poderiam se responsabilizar?

Diante disto, ao longo do século XX, momento em que se formava uma legislação específica para tal, foi se estudando a possibilidade de que as crianças poderiam realmente ser compositoras de seus atos criminais, permitindo o surgimento de mais questionamentos no âmbito jurídico e no que tange ao discernimento sobre práticas realizadas pelos seres de idade que os levava a serem considerados menor de idade.

Santos (2013, p. 216), expõe que no ano de 1831, foi instalado o regime republicano, os juristas e os legisladores elaboraram o Código Penal Brasileiro com o intuito ajustar a realidade social do País. E que em seu art. 10 determinava que menores de 14 (quatorze) anos de idade, mesmo cometendo alguma delinquência, não podiam ser considerados criminosos, mas deveriam ser recolhidos para uma casa de correção. Tão logo, cometendo delinquência, com idade igual ou superior a 14 (quatorze) anos de idade, fica estipulado pelo art. 13, do referido Código Penal que:

art. 13. Se ficar provado que o menor de 14 anos, foi quem cometeu o crime, o mesmo pagará pelo ato cometido com discernimento, devendo ser recolhido à casa de correção pelo tempo que o juiz der o parecer, contando que o recolhimento não deve exceder a idade de 17 anos.

Ressalta-se que o Código Penal Brasileiro, de acordo com Santos (2013), no ano de 1890, vem a ser aprimorado, e recebe as implementações que concedem espaços para a menoridade e a sua imputabilidade.

Assim como tentou-se cuidar das crianças e dos adolescentes brasileiros, no teor jurídico, buscou-se, mais precisamente a partir do ano de 1854, que a educação, o ensino, passassem a ser voltados para estes, conforme Costa (1993), regulamentando-os, ou seja, tornado-os obrigatórios. Mas ressalva-se que estes privilégios não se aplicavam a todos, pois os escravos não eram amparados por tal direito, tal regulamentação; bem como as crianças e os adolescentes que possuíam algum tipo de doença contagiosa e que não haviam sido vacinados.

Santos (2013) expõe que os âmbitos: educacional e jurídico, no período citado acima, precisaram ser integrados em prol da regeneração, da recuperação dos menores brasileiros, de 09 (nove) a 13 (treze) anos e 11 (onze) meses de idade, que cometiam delinquências, onde ficavam recolhidos em uma instituição de caráter industrial, recebendo ensinamentos pedagógicos. Seus pais que almejavam vê-los brevemente soltos, em liberdade, como caminho para encurtar tal recolhimento, buscavam comprovar a incapacidade mental e as irresponsabilidades dos mesmos.

Conforme Rizzini (2013), foi no século XIX que a criança, o adolescente, adquiriram uma nova dimensão social, ainda inexistente no mundo ocidental, devido às transformações econômica, política e social, em que estes deixam de ser objetos de interesse, e passam a ser preocupação e ação no âmbito privado da família e da igreja, bem como uma questão social, de competência administrativa do Estado, além de enquanto questão política passam a ser concebidos, simbolicamente, como a esperança, o futuro da nação brasileira.

Santos (2013), expõe que a criminalidade estava condicionada a crimes de "vadiagem", previstos nos arts. 399 e 400 do Código Penal Brasileiro. Este autor ressalta que as ruas das cidades brasileiras estavam repletas de trabalhadores rejeitados pelo mercado formal de mão de obra, e quando haviam prisões, boa parte destas eram de menores que ficavam perambulando pelas ruas, em que os mesmos passavam a ser chamados de "vagabundos" e para serem regenerados, eram submetidos ao regime de colônias agrícolas ou das oficinas.

Para Rizzini (2011), o ato de vagabundagem deve vir a ser entendido como insubordinação, ou seja, em que o indivíduo era apto ao trabalho e este se recusa a trabalhar, a servir sua pátria.

Santos (2013) a partir do Código Penal Brasileiro, acreditava que se os menores que vivem na vadiagem, viesse a ter a oportunidade de trabalhar, mesmo que voluntariamente, estes poderiam ser corrigidos, passarem a ser valorizados, se tornarem outras pessoas, tidas de bem, tão logo virem a ser perdoadas pela sociedade. E autor expõe que no período do Código Penal vigente, foi apresentada uma estatística que demonstra que haviam 1.470 pessoas presas pelo crime de vadiagem, e deste total, 293 eram menores.

Priore (2013) afirma que quando muitas das crianças e dos adolescentes não ficavam na vadiagem, eram explorados como mão de obra barata, mesmo já havendo um decreto-lei de número 1.313 que tratava não só do trabalho, em especial, do trabalho infantil, em que estipulava uma idade mínima em que se devia começar a labutar, mas que na prática não se cumpria pela maioria dos industriais, agricultores, etc.

Conforme Santos (2013), no século XIX, na cidade de São Paulo, já se contava com institutos privados de recolhimento de menores, fundados por congregações religiosas e particulares ligadas ao comércio, dentre eles: o Lyeco do Sagrado Coração de Jesus; o Abrigo de Santa Maria; o Instituto D. Ana Rosa; e o Instituto D. Escolástica Rosa (este sediado na cidade paulista, Santos). Nenhum desses institutos aceitavam menores infratores, que

estatisticamente só elevavam a quantidade destes, apenas filhos de operários e de comerciantes, com o objetivo que esses pudessem trabalhar e ter uma profissão.

O autor citado acima ainda expõe que, desde o ano de 1902, se observava a falta de organização, estrutura, por parte do governo quanto ao recolhimento dos menores infratores, pois estes quando presos por policiais militares ou por guardas municipais, eram colocados nas mesmas celas com bandidos perigosos, e não em locais que deveriam ter a doutrina sócio-educativa.

Entre os anos de 1904 e 1906, Santos (2013) explicita tal situação, tendo como exemplo o que ocorria na cidade de São Paulo, a partir de um relatório apresentado pelo chefe de polícia desta cidade, ao seu secretário da justiça e da segurança do estado, que mostra um levantamento, ou seja, 40% das prisões dos menores eram por desordem; 20% por vadiagem; 17% por embriaguez; 16% por furtos; e 6,9% por homicídios.

Para este autor, só pode-se dizer que as lutas sociais no Brasil, ganharam evidência, no início do século XX, a partir do ano de 1900, com o surgimento da luta dos proletariados, liderada pelo Comitê de Defesa do Proletariado (criado na greve geral de 1917), em que eram reivindicados dentre várias coisas, que fosse proibido que menores de 14 (quatorze) anos trabalhassem; e que viesse a ser abolido o trabalho noturno de mulheres e menores de 18 (dezoito) anos idade.

Rizzini (2011) e Passetti (2013) também concebem que se conquistou políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes brasileiros a partir dos movimentos sociais, onde o governo federal, e tão logo, os estaduais e municipais, passaram a ter perspectivas de que se podia moldar esses, que vieram a ser tidos como o futuro da nação, por meio de projetos existentes no País, onde fossem assistidos, protegidos dos perigos, e não mais explorados.

Sart (2007) explica políticas públicas como sendo um fluxo de decisões públicas que tem como finalidade a orientação e o equilíbrio da sociedade.

Lopes (2008, p. 07) complementa afirmando que as políticas públicas podem ser definidas como:

[...] resultados da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que onde buscam defender (ou garantir) seus interesses. Tais interesses podem ser específicos como a construção de uma estrada ou um sistema de captação das águas da chuva em determinada região, ou gerais como a segurança pública e melhores condições de saúde.

Rizzini (2013) cita algumas ações, ou mesmo criações de órgãos que receberam a incumbência de zelar pelas crianças e pelos adolescentes brasileiros:

- Departamento da Criança no Brasil, criado em 1919, tido como a primeira iniciativa nacional que previa a atuação em diversos campos, como o do atendimento direto da população priorizando a família pobre com creches, consultas de lactantes, restaurantes para mães s nutrirem, cursos educativos em puericultura, higiene infantil, dentre outros benefícios;

- Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Petrópolis (Rio de Janeiro), inaugurado no ano de 1920, onde se assistiria, protegeria e lutaria pela educação adequada para crianças e adolescentes;

- Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado na cidade de São Paulo (SP/BR), em abril de 1922, em que se tratou formas de como se proteger as crianças e os adolescentes do Brasil;

- Criação do Juizado de Menores e nomeação do primeiro juiz de menor da América Latina, o juiz Mello Mattos, no ano de 1923;

- Promulgado o primeiro documento legal para a população menor de 18 (dezoito) anos de idade, denominado "Código Mello Mattos", no ano de 1927, em que estabelecia que se devia cuidar dos menores em situação irregular, a exemplo dos abandonados, dos explorados como mão de obra, dos delinquentes, dando-lhes assistência, proteção, vigilância, por meio de autoridades competentes e medidas assistenciais. E caso estes, findando suas reclusões, não tiverem condições de retornar aos convívios familiar e social, após completar a maioridade, deveriam ser submetidos à medidas de segurança.

Na realidade, conforme Priore (1999), o objetivo deste documento, seria o de combater o indivíduo perigoso, dando-lhe um tratamento educacional e o acompanhando judicialmente, pois se acreditava que estes poderiam ser reintegrados à sociedade.

Rizzini (2004) expõe que a partir da implementação deste Código de/para Menores veio a implantação, o desenvolvimento de uma política filantrópica dotada do objetivo de proteger aos menores abandonados e/ou infratores do Brasil. Devendo-se citar a criação da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que permitiu que a tutela desses menores passasse a ser assumida pelo Estado.

Passetti (2013) cita a criação, no estado do Rio de Janeiro (RJ/BR), no ano de 1941, do Serviço de Assistência a Menores (SAM). Órgão de representação do Ministério Público que passou a funcionar como sistema penitenciário para os menores infratores, e internato, patronato agrícola e escolar, para crianças e adolescentes carentes e abandonados.

Costa (1999) expressa que no ano seguinte, em 1942 passaram a ser implantados programas que visavam o campo de trabalho interligados às práticas assistencialistas a exemplo:

- Legião Brasileira de Assistência (LBD), concebida como uma agência nacional de legião de caridade, voltada para o atendimento prioritário às crianças órfãs da guerra;
- Casa do Pequeno Jornaleiro, programa baseado no trabalho informal criado para apoiar jovens de baixa renda, nos teores assistencialista e educacional;
- Casa do Pequeno Lavrador, programa assistencialista de aprendizado criado especialmente para crianças e adolescentes, filhos de camponeses;
- Casa do Pequeno Trabalhador, programa criado para capacitar e encaminhar ao trabalho adequado, adolescentes;
- Casa de Menina, programa de assistência sócio-educativa voltado para adolescentes do sexo feminino, com problemas de condutas consideradas irregulares.

Conforme Passetti (2013), no ano de 1943 foi criada a primeira Santa Casa no País, para cuidar de crianças doentes e órfãs. Em julho de 1954, baseado/referenciado pelo SAM, nasce o Recolhimento Provisório de Menores (RPM), objetivando-se práticas assistencialistas voltadas para crianças e adolescentes brasileiros.

Os anos de 1945 a 1964, segundo Costa (1993) e Passetti (2013), foi um período de redemocratização política e de organização social. Durante a Ditadura Militar, mais precisamente no ano de 1964, por meio da Política do Bem-Estar do Menor, foi introduzida a metodologia interdisciplinar redimensionando a "periculosidade", circunscrita aos aspectos médicos, à intenção de uma nova metodologia científica para se trabalhar o conhecimento "biopsicossocial", em prol de romper com a prática representativa utilizada anteriormente.

Ressalta-se que essa nova política, era organizada para funcionar no âmbito nacional e que não se pretendia mudar o comportamento apenas pela exclusão do infrator, mas pela educação globalizada, formando o indivíduo para a vida em sociedade.

Rizzini (2004) expõe que nesse mesmo ano, 1964, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor foi dotada do objetivo de formular a Política Nacional do Menor, herdando do SAM, seu prédio, os colaboradores e toda a cultura organizacional.

No ano de 1967, com a promulgação da nova Constituição Federal, segundo esta mesma autora, a partir do art. 168, a educação passou a ser um direito de todos, assegurando a igualdade de oportunidade universal, a liberdade e a solidariedade humana. E no ano de 1979 o Código de Menores recebeu atualizações, requisitando que as crianças e os adolescentes

brasileiros, em situação de abandono, de orfandade, ou de infração, passassem por avaliações psicossociais.

No próximo subtópico serão tratados os direitos das crianças e dos adolescentes, a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88).

3.2 Um novo marco regulatório para o atendimento de crianças e adolescentes pós Constituição Federal de 1988 (CF/88)

Na década de 1980, conforme Costa (1993), houve a abertura política, denominada de nova redemocratização, que se materializou a partir da promulgação da Constituição Federal, até os dias atuais vigente, considerada como constituição cidadã, no ano de 1988.

Passetti (2013), no que se refere ao âmbito educacional, por meio desta Constituição, a partir do art. 205, a educação passou a ser defendida, imposta como um direito de todos e dever do Estado, recebendo a colaboração e o incentivo da sociedade brasileira, em que a pessoa possa se desenvolver, desde sua infância e adolescência, se qualificar para o trabalho, tornar-se cidadã.

E quanto à disciplina que o menor tende a ser submetido, caso se torne delinquente, ou infrator, cita-se:

[...] quando for provado crime, e considerado grave pela circunstância de fato e condições pessoais do agente, a um menor que conta mais de 16 e menor de 18 anos de idade, seu tempo de perpetração e ficar comprovando que se trata de um indivíduo perigoso pelo seu estado de perversão moral. [...] o menor será internado em estabelecimento adequado, até mediante parecer do receptivo diretor do órgão administrativo competente e do Ministério Público, o juiz declare a cessão de periculosidade (PASSETTI, 2013, p. 356) .

Tão logo, concebe-se que a partir da CF/88 os jovens menores de 16 (dezesesseis) anos e maiores de 18 (dezoito) anos de idade virem a ficar a mercê da direção do Ministério Público. E caso venha ser identificado que os mesmos cometeram crimes, a estes serão possibilitados atendimento social ou mesmo que este venha se transformar em um serviço penitenciário.

Rizzini (2013) afirma que após a CF/88 aconteceram várias discussões em convenções, em especial, sobre o seu art. 227 que determina a proteção das crianças e dos adolescentes brasileiros ser um dever da família, da sociedade e do Estado. A partir desta concepção, no ano de 1990, em 13 de julho, chegou-se à promulgação da Lei Federal, n. 8.069/90, sancionando a criação e o estabelecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que passou dar um novo rumo à realidade destes, concebidos na atualidade, como o futuro do País, os amparando, garantindo todos seus direitos fundamentais. Além de se

introduzir este conteúdo e enfoque na doutrina de proteção integral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Conforme Costa (1993) a criação do ECA é dotada de influências advindas do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), em que sempre se buscou, desde sua criação, no ano de 1985, proteger as crianças, neste caso de rua, das suas famílias desestruturadas, dos maus tratos que sofriam, que lhes fosse garantidos educação, políticas sociais, alimentação e base para exercer sua cidadania, e que fosse penalizado quem viesse a descumprir tal determinação.

Passetti (2013) ressalta que foi a partir do ECA, consolidado como um marco na proteção da infância e da juventude do Brasil de forma integral, prioritária, que se chegou à criação dos Conselhos Tutelares, em cada município brasileiro, como um órgão permanente, autônomo e não judicial, que auxiliasse no cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes do País.

Regido pelo ECA, a partir de artigos referentes à socioeducação, e pela Resolução 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), criado no ano de 2006, nasce o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), no ano de 2012, no governo da Presidente Dilma Rousseff, ficando sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA), e tendo como foco central, o de executar medidas socioeducativas sustentadas nos princípios dos direitos humanos com bases éticas e pedagógicas, a serem aplicadas para os adolescentes quando lhes são atribuídos a prática de ato infracional (PORTAL SDH, 2016).

Conforme o Portal do SDH (2016) pode-se afirmar que se busca por meio do SINASE, enquanto sistema integrado:

[...] articular em todo o território nacional os Governos Estaduais e Municipais, o Sistema de Justiça, as políticas setoriais básicas (Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, etc.) para assegurar efetividade e eficácia na execução das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto, de Privação e Restrição de Liberdade, aplicadas ao adolescente que infracionou.

No ano de 2009, segundo os autores Figueiredo (2013) e Carvalho (2013) foi sancionada a Lei 12.010/09 que veio para aprimorar, alterar o ECA no que se refere: à adequação da maioridade civil e penal para os 18 (dezoito) anos de idade completos; serem tidas crianças as pessoas com 12 (doze) anos incompletos; e adolescentes aqueles com idade de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos incompletos; idade mínima para adoção de 18 (dezoito) anos; a instituição do atendimento psicológico durante a gestação prevenindo que a futura mãe reflita bem antes de optar por entregar seu filho para a adoção; as questões de guarda, tutela;

adoções por medidas excepcionais e irrevogáveis; adoção internacional; a ampliação da proteção, o resguardar todos os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes brasileiros; dentre outros aprimoramentos.

Logo mais a seguir serão tratadas sobre as instituições de acolhimento no Brasil, que na falta dos pais seja de crianças, seja de adolescentes, foram criadas com o intuito de cuidá-los, protegê-los, educá-los e prepará-los para a vida e o convívio em sociedade.

3.3 Instituições de Acolhimento

Observa-se a partir do que expõe Rizzini (2011), que as políticas de atenção às crianças e aos adolescentes brasileiros percorreram uma longa trajetória, que podem ser descritas pelas políticas sociais, em especial, após o século XIX, em que surgira a primeira medida do Poder Público, a de criar o Asilo de Menores Desvalidos, dotado do sistema de internação, onde se objetivava educar e ao mesmo tempo recuperar o menor pobre por meio da capacitação para o trabalho.

Tais políticas sociais começaram a ganhar força, serem impulsionadas, no cenário brasileiro ao se plantear a ideia de que a infância e a adolescência seria o futuro da nação, e que nestas fases da vida é que se poderia moldar o indivíduo para o bem ou para o mal.

Concebe-se a partir de Bruchini (2000) que falar de criança, tão logo, se remete ao seio familiar, de onde esta veio, como será sua educação, que futuro a espera. Assim, entende-se que não se pode deixar de lado o compreender sobre o que vem a ser família. De acordo com esta autora, pode-se compreender família a partir de sua etimologia, ou seja, é uma palavra originada do termo "famulus", advindo do latim, que significa conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor nas linhagens de dependentes, incluindo a esposa e os filhos.

Popularmente, por meio de tal definição, a família é entendida como pessoas que são parentes e residem/vivem na mesma casa, formada pelo pai, a mãe e os filhos, além de demais pessoas do mesmo sangue, ascendentes ou admitidos por adoção.

Pode-se dizer que a família tradicional é vista como uma instituição social, que se modifica ao longo da história, apresentando formas e finalidades diversas. Dependendo da época e do lugar, esta, muitas vezes, pode vir apresentar aspectos positivos como meios afetivos, de apoio e solidariedade, ou seja, que apesar dos conflitos, a família vem a ser única

em seu papel determinante para o desenvolvimento em sociedade, no que tange a efetividade e o bem-estar físico e mental do indivíduo, desde a infância (Rizzini, 2013).

Conforme Ariés (1981) é, ou deveria ser, a partir do seio familiar, que a criança obtivesse o conhecimento social para poder se integrar no mundo adulto. Tal concepção é defendida, ressaltada, pelo Plano Nacional de Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC). Por meio deste, a família vem a ser considerada, de fato, o foco de intervenção, a instituição mais completa, mas que, em alguns momentos, perde sua força, quando esta é envolvida, prejudicada pela falta do emprego do seu chefe (o pai), de não contemplar sua esposa, seus filhos, com as necessidades básicas, a exemplo da educação, saúde. Assim, em várias situações, a família se desajusta, as crianças vem a perder seus lares, precisando ser abrigadas por outras instituições, como as de teor estatal.

Sarti (2007) e Vitalli (2008) concordam quanto às crianças brasileiras que se encontram em instituições de acolhimento, passaram a ser habitantes destas devido, na maioria das vezes, seus estados de pobreza, impossibilidades materiais e/ou vulnerabilidade. E seus pais tentam encontrar nessas instituições, um caminho, um meio para protegê-los, bem como desenvolvê-los psicologicamente e para viver em sociedade.

No que tange ao que vem a ser propriamente dito uma instituição de acolhimento, Rizzini (2004) expõe que esta foi pensada para acolher crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, a exemplo de estarem destituídos ou abandonados por sua família.

Valente (2013) complementa afirmando que, ano após ano, estas instituições, as de acolhimento, vem passando por transformações, ou mesmo reorganizações, nos âmbito das políticas sociais e das práticas cotidianas, onde passaram a contar com uma equipe multiprofissional, a atuação internamente, de secretarias municipais, além do auxílio do Poder Judiciário quanto ao garantir os direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros, assistidos por estas instituições.

Bernardi (2010) afirma que as instituições de acolhimento institucional brasileiras, constam no ECA, de Lei n. 8.069/1990, pontuadas como medida de proteção aplicável à crianças e adolescentes que vierem a ter seus direitos reconhecidos violados ou ameaçados; receberam essa denominação a partir de uma pontuação do Plano Nacional de Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC); que as que estão em funcionamento nos dias de hoje, são conhecidas, chamadas de

abrigo; e que têm seus modos operantes, semelhantes ao que eram anteriormente instituições dessa tipologia na Europa.

Rizzini (2004) e Bernardi (2010) pontuam que, na verdade, crianças e adolescentes brasileiros são levados a viver em instituições de acolhimento, não só pela desigualdade econômica vivida por sua família, que isto vai além, ou seja, o fator principal seria o de que seus direitos fundamentais de cidadania e, tão logo, de sua família, são negligenciados pelo Estado.

As autoras ainda fazem a ressalva que mesmo que sejam instituições jurídicas, acolhimento institucional não pode e nem deve ser confundido com medida socioeducativa, pois essa vem a ser uma medida de proteção, e esta vem a ser aplicada para crianças e adolescentes que, eventualmente, venham praticar atos infracionais.

Carvalho (2013) expõe que quando crianças e adolescentes brasileiros são abandonados por suas famílias e passam a viver em unidades de acolhimento institucional, não se pode negá-los uma nova construção familiar, pois tal direito foi conquistado desde o ano de 2009, por meio da Lei n. 12.010/2009, que veio aperfeiçoar o ECA, seus variados artigos, e reforçar observâncias dispostas na Constituição Federal de 1988 (CF/88 - vigente).

Por fim, a partir de tudo que foi exposto quanto ao acolher crianças e adolescentes em território brasileiro, leva-se a pensar numa representação dos abrigos como instituição que venha desenvolver, por meio de políticas públicas, o compromisso de transformação desta realidade social de crianças abrigadas, intuindo o ato devolver-lhes a cidadania, pois, mesmo com tantos avanços ao longo de inúmeros anos, faz-se necessário rever constantemente esta problemática, amparada pelo ECA, em seu art. 19, inciso I; e art. 23, que prevêm:

art. 19 prevê que a criança ou o adolescente tem o direito a ser criado e educado no seio familiar. [...] inciso I diz que toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional, terá sua situação reavaliada no mundo, no máximo em 06 (seis) meses. [...] art. 23 prevê que a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivos suficientes para a perda ou suspensão do poder familiar (CRUZ e LOPES, 2014, p. 419).

No capítulo a seguir poderá-se-à conhecer um exemplo de instituição de acolhimento, de origem cearense, sediada, em sua capital, Fortaleza, denominada abrigo Tia Júlia.

4 REFLEXÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO ABRIGO TIA JÚLIA: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

4.1 Apresentação da Instituição de Abrigo Tia Júlia: campo de estudo

A instituição de acolhimento Abrigo Tia Júlia, segundo documento apresentado pela instituição, é um projeto do Governo do Estado do Ceará, em parceria com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS)⁴, que tem como objetivo atender crianças de 0 a 7 anos de idade, de ambos os sexos, que tiveram seus direitos violados, que se encontram em risco pessoal, moral e social, em situação de vulnerabilidade. Algumas crianças foram abandonadas e outras recolhidas por perdas familiares e estão acolhidas pelo poder judiciário. Na instituição estão também algumas crianças especiais (DOCUMENTO DA INSTITUIÇÃO, 2016).

Ressalta-se, no que tange às crianças e alguns adolescentes, especiais, que estes são acompanhados na Instituição, por uma equipe multiprofissional, contratada em regime de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), treinada e preparada pela STDS, em prol do melhor atendimento a este público, em especial, quanto aos seus direitos.

O Governo do Estado do Ceará, de acordo com o Portal Ceará Inclusivo (2016), além desta Instituição que acolhe também essas crianças e os adolescentes especiais, dispõe de um programa denominado "027", que busca garantir, de maneira transversal, por meio de variadas ações sociais, não só o direito destes, mas também dos idosos.

O desempenho econômico da instituição de acolhimento Tia Júlia vem do Governo do Estado do Ceará, por meio de uma das suas secretarias, a STDS, em que esta conta com o amparo e o auxílio no acolhimento e deliberações de denúncias de maus tratos e abandonos de crianças e adolescentes negligenciados, de órgãos como: o Ministério Público, a Justiça da Infância e da Juventude, a Defensoria Pública, a Delegacia do Menor, e o Conselho Tutelar.

A cada ano, a STDS, tem por obrigação apresentar um mapa de desempenho de todas as instituições que estão sob sua tutela/responsabilidade, que se responsabilizam pelo

⁴ **Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS)** - Criada no ano de 1987, com a denominação de Secretaria da Ação Social (SAS), vindo a ter mais 03 (três) denominações até ser reestruturada e nomeada por STDS, no ano de 2007, na gestão do atual governador do estado do Ceará, Cid Gomes, por meio da Lei nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007, e do Decreto nº 28.658, de 28 de fevereiro de 2007, passando a ter a finalidade de contribuir com o desenvolvimento sócio-econômico do Estado e promoção da cidadania (PORTAL STDS, 2016).

acolhimento de crianças e adolescentes cearenses, e dentre tais instituições, o Abrigo Tia Júlia⁵, situado na rua Guilherme Perdigão, 305, bairro Parangaba, cidade de Fortaleza, estado do Ceará, servirá de exemplo, com dados já referentes aos meses de janeiro a abril do ano corrente, 2016.

Tabela 1 - Desempenho da Instituição de Acolhimento Abrigo Tia Júlia

Descrição	Abril/2016	Janeiro - Abril/2016
Crianças acolhidas	65	70
Crianças reintegradas à família	-	02
Crianças encaminhadas para adoção	01	02
Crianças engajadas na escola formal	22	22
Crianças engajadas na escola especial	04	04
Crianças transferidas	-	04
Crianças desligadas por óbito	-	-
Manutenção de vínculos	26	26

Fonte: Dados obtidos a partir da STDS (2016)

Observa-se que o quadro acima revela que entre os meses de janeiro e abril do ano de 2016, as crianças acolhidas foram menos do que a demanda da capacidade da Instituição. Das crianças acolhidas no Abrigo Tia Júlia, 02 (duas) retornaram ao seio da sua família biológica, 02 (duas) foram adotadas, 22 (vinte e duas) foram engajadas na escola formal, apenas 04 (quatro) transferidas, não constam óbitos, e 26 (vinte e seis) possuem vínculos familiar.

Ressalva-se que as instituições de acolhimento cearenses, que estão sob a responsabilidade da STDS, seguem os preceitos demandados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a exemplo de que as crianças tem um tempo máximo de permanência nestes tipos de instituições, mas que na prática, muitas vezes não acontece.

A apresentação do preceito do ECA, citado, segue logo abaixo:

Art. 19 § 2º - a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional, não se prolongará por mais de 02 (dois anos), salvo comprovada a necessidade que atenda ao seu superior interesse. Devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (GIÁCOMO, 2013, p. 22).

O artigo citado acima, relata que as crianças e os adolescentes tem um tempo determinado para permanência em uma instituição. O mesmo também relata que este direito está fundamentado pelo judiciário. Acredita-se que esta permanência prolongada pode causar danos às crianças e aos adolescentes. Mas o artigo também vai nos mostrar quem define a vida destas crianças é o Juiz. Observa-se que a demora destas crianças e adolescentes em

⁵Abrigo Tia Júlia - Ver imagem da fachada atual do Abrigo Tia Júlia, no Apêndice C.

abrigados poderá ocasionar na perda de suas infâncias dentro das instituições. Também neste mesmo artigo mostra que as instituições têm que seguir esta normativa para que os mesmos não sejam prejudicados como institui seu estatuto.

Dando continuidade a história da instituição de acolhimento Abrigo Tia Júlia, Ferreira (2014) relata que inicialmente esta era uma creche denominada "Creche Tia Júlia", com capacidade para atender 100 (cem) crianças, que passavam o dia e retornavam para suas casas no início da noite, vindo a ser transformada em abrigo e reinaugurada no ano de 1975, que neste evento pode-se contar com a presença das primeiras damas da época, Lucy Geisel (Município de Fortaleza) e Marieta Cals (Estado).

A instituição de Acolhimento Abrigo Tia Júlia, possui este nome por conta de uma homenagem feita pelo Movimento de Proteção Social, a uma funcionária, chamada Júlia Giffone, que trabalhou na Instituição e a mesma se dedicou aos projetos sociais existentes. (FERREIRA, 2014).

Em 1994 a chamada casa Tia Júlia passou por outra reforma para acolher as crianças em medidas de proteção, a inauguração aconteceu em outubro do mesmo ano, seguindo as exigências estipuladas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Neste período, a mesma passou a ser chamada de Abrigo Tia Júlia, naquele mesmo ano a creche passaria a funcionar como uma unidade de acolhimento e funcionava em regime de internato, possui 1500 metros de áreas. Mas no mesmo ano a instituição tornou a passar por uma reforma sendo reorganizada para atender às crianças vítimas de violação de direitos e em situação de vulnerabilidade social e moral. Este processo de transformação ocorreu ainda no Governo de Paulo Rocha Aguiar (DOCUMENTO DA INSTITUIÇÃO, 2016).

Para atender as crianças no contexto de Instituição de acolhimento a mesma teve que passar por uma nova reforma sendo estruturada. Adquiriu um novo espaço, com ambiente adequado para atender crianças e adolescentes. Como já citados os adolescentes são especiais, conforme comentado anteriormente. Os adolescentes não fazem parte do perfil da instituição, estes já foram crianças deixadas lá ainda bebê e cresceram, não conseguindo retornar pra sua família e não foram adotados. Hoje o espaço renovado da instituição está adequado para atender as crianças e adolescentes, possui uma boa estrutura que os oferece uma qualidade de vida (DOCUMENTO DA INSTITUIÇÃO, 2016).

A instituição possui cozinha, lavanderia, berçário, consultório, área de lazer, refeitório e uma sala que a instituição chamada de mini UTI, nesta sala ficam as crianças que estão em estado mais crítico e inspiram cuidado especial. Neste ambiente ficam profissionais 24h:

médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, para atender possíveis urgências que ocorram com as crianças mantidas neste local. Um dos projetos implantados na instituição e de grande importância é a manutenção do vínculo familiar e o trabalho desenvolvido mediante autorização do juiz (DOCUMENTO DA INSTITUIÇÃO, 2016).

A instituição de acolhimento possui uma equipe de multiprofissionais capacitados não só pra atender as crianças dentro da instituição, mas para dar suporte quando as mesmas forem encaminhadas para a adoção ou retornar para sua família biológica. A instituição possui um quadro de no mínimo 10 (dez) funcionários de nível superior e nível médio. Os de nível superior atuam na área das ciências humanas e da saúde. Ainda possui uma equipe psicossocial que faz parte da instituição e promove o trabalho institucional, como o assistente social, o nutricionista que tem especialização na área da economia doméstica, técnico de enfermagem, enfermeiros, médicos, pedagogas, psicólogas, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e administrador (FERREIRA, 2014).

Na citada instituição todos os profissionais tem seu trabalho direcionado para atender a demanda da instituição, cada profissional tem sua função, como por exemplo, a assistente social que tem que elaborar os relatórios, e tem um prazo para abrir um processo junto ao juizado da infância e da juventude em até 24 horas quando aparece uma nova criança ou adolescente. O serviço Social tem uma grande importância dentro da instituição. Os Assistentes Sociais foram inseridos na instituição no ano de 1972, as mesmas são responsáveis pelo cumprimento das leis expedida no ECA (DOCUMENTO DA INSTITUIÇÃO, 2016).

No próximo subtópico se poderá perceber a aproximação com o campo da pesquisa.

4.2 A Aproximação com o Objeto de Pesquisa

O primeiro contato com a instituição de acolhimento Abrigo Tia Júlia ocorreu via telefonia móvel, em que obteve-se a partir da assistente social que estava no horário, orientações de que o primeiro passo para se visitar é que a pesquisa de campo fosse realizada naquele recinto, era preciso que se obtivesse uma autorização, por escrito, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). Quando recebemos a autorização para iniciar nossa pesquisa de campo, imediatamente entramos em contato, via telefonia, com a instituição, em que fomos atendidas por uma assistente social, para marcar nosso primeiro encontro/visita que ficou agendada para o dia 31.05.16.

No primeiro dia de nossa pesquisa que foi no dia 31.05.16 pela manhã chegamos à instituição apreensivas e com muita expectativa. Logo na entrada percebemos que tudo funcionava através da coordenação do Serviço Social, ou seja, as mesmas eram quem autorizavam a entrada dos visitantes. A recepcionista nos pediu para esperar uns minutos enquanto informava ao Serviço Social sobre nossa presença. Fomos recebidas pela assistente social Sol que nos encaminhou à sua sala. Em primeira instância, explicamos o nosso trabalho detalhadamente e com clareza. Em seguida pedimos para falar com os profissionais que trabalhavam na instituição e que mantêm contato direto com as crianças e adolescentes, perguntamos se os mesmos estariam disponíveis. A mesma nos comunicou que os profissionais, neste dia, não estavam disponíveis, pois seu quadro de funcionários estava diminuído e não poderiam deixar as crianças sozinhas nas salas, não tinham como tirar os educadores das salas e os outros profissionais estavam cada um fazendo atividade com as crianças individualmente e outros estavam fazendo atividades em grupo, ou seja, neste dia seria impossível. Então pedimos para falar com uma assistente social já que lá possuíam várias.

Ao entrarmos na instituição pudemos observar o amplo espaço que a mesma oferecia para atender as crianças e os adolescentes mantidos nela. Na entrada possuía uma recepção do lado da coordenação e vários banheiros, todos com identificações e organizados por sexo. Ainda existia uma mini UTI, local onde ficavam as crianças com cuidados especiais, havia quartos específicos para cada grupo de crianças para as maiores e para as menores e ainda um berçário com crianças de 0 a 2 anos de idade, e um quarto que ficavam os adolescentes especiais, ainda possuíam salas específicas para os funcionários atender as crianças individualmente e em grupo e o parquinho para o lazer das crianças.

Neste primeiro dia a assistente social Sol, nos recebeu em sua sala onde a mesma pode nos falar sobre a instituição e suas possíveis dificuldades, nos falou sobre a equipe multiprofissional e os funcionários, nos explicando como funciona o dia a dia das crianças e dos adolescentes mantidos na instituição. Segundo a mesma, dentro da instituição as crianças e os adolescentes possuem uma boa qualidade de vida, que os funcionários e a equipe multiprofissional possuem diferentes especificidades como os médicos, os enfermeiros, os técnicos de enfermagem, os fisioterapeutas, a terapeuta ocupacional, a nutricionista, os educadores sociais e ainda várias assistentes sociais. Que todos os funcionários são pagos pela STDS, alguns em regime de Consolidação das Leis Trabalho (CLT), e outros em regime de concurso, sendo que os concursados são poucos. Segundo a mesma todos os profissionais são

habilitados e treinados para atender as demandas da instituição, onde passam por cursos de capacitação profissional oferecidos pela STDS.

Nosso segundo encontro foi no dia 01.06.2016, com a psicóloga que nos atendeu em sua sala, nos mostrando seu trabalho e equipamentos apropriados para atender as crianças da instituição, mostrando a estrutura adequada para cada atendimento. Nesse dia, alguns profissionais não estavam disponíveis segundo a assistente social. Conversamos com a mesma que nos direcionou para outro dia. No dia seguinte 02.06.2016 retornamos à instituição sendo recebidas pela atual coordenadora da instituição, ou seja, a administradora senhora Luiza Helena dos Santos Paiva, que nos mostrou com muito orgulho o trabalho desenvolvido pela instituição no que se referia ao atendimentos dos seus acolhidos, nos convidando para conhecer a instituição e os profissionais. A coordenadora nos apresentou aos funcionários e mostrou os espaços da instituição em seus mínimos detalhes. A mesma nos confessou seu sonho em relação ao seu trabalho desenvolvido dentro da instituição para conceder melhor assistência às suas crianças e aos seus adolescentes.

Nos relatou que a instituição de acolhimento antes era uma creche que atendia as crianças da região, em que as mães deixavam os mesmos para poder trabalhar. A instituição segundo ela é custeada pelo Governo do Estado do Ceará, mas as crianças também recebiam ajuda dos colaboradores da comunidade. A mesma relatou que a instituição não recebe dinheiro, a ajuda é dada através de material ou serviços prestados à instituição. E falou com satisfação do trabalho que a instituição de acolhimento Abrigo Tia Júlia faz para recolocar as crianças em sua família de origem ou substituta.

A mesma nos relata do movimento deste ano em relação a vitória adquirida na instituição com a questão de crianças ao retorno familiar colocada em família substituta. A mesma fala que todo mérito se dava através do trabalho desenvolvido pela equipe. Nos falando ainda do perfil destas crianças que são abusadas sexualmente e abandonadas, mas as mesmas não são colocadas diretamente nesta instituição, elas primeiro passam pelo Conselho Tutelar através de denúncia ou notificação de abandono. O Conselho Tutelar pega estas crianças e adolescentes especiais e leva para o juizado, que os encaminha para instituições de acolhimento que estão com perfil para receber os mesmos. A gestora ainda nos relata que recebeu naquela semana 02 (dois) adolescentes especiais, os mesmos foram tirados dos familiares por maus tratos. Esses adolescentes não eram o perfil da instituição, mas a mesma era obrigada pelo juiz a ficar com eles.

Em nossa última visita dia 03.06.2016 tivemos a oportunidade de conversar com uma educadora social, onde a mesma nos mostrou a importância do seu trabalho junto às crianças, nos explicando sua rotina e horários, tanto dia, como noite. Nossa conversa com a mesma foi satisfatória, pudemos matar nossa curiosidade em alguns aspectos, observar o trabalho da mesma com as crianças naquele dia. No próximo tópico estaremos apresentando os sujeitos que participaram da nossa pesquisa.

4.3 Quem são os sujeitos desta Pesquisa

Os sujeitos da Pesquisa são as profissionais que trabalham dentro da unidade de acolhimento Tia Júlia de Fortaleza e que se dedicam a esse projeto lindo que acolhe crianças abandonadas e seus direitos violados. Como já foi citado anteriormente, assim que nos foi concedida a autorização para as entrevistas com as profissionais, marcamos 04 (quatro) encontros para executá-las. Neste encontro foram levados os termos de consentimento livre e esclarecido para colher as assinaturas das entrevistadas em questão, com o objetivo de assegurar aspectos éticos da pesquisa, e esclarecer o objetivo da mesma. O termo em questão foi assinado em duas vias, ficando uma em posse das entrevistadas e outra em nossa posse.

O instrumento utilizado na pesquisa foi um roteiro de entrevista e um gravador de voz para que durante a entrevista não perdêssemos nenhum relato da problemática apresentada. O roteiro de entrevista possuía perguntas abertas, onde os mesmos poderiam expressar suas opiniões, e responder as nossas curiosidades sobre a problemática pesquisada, indo além de nossas perguntas elaboradas. Em um segundo momento pudemos utilizar da pesquisa observatório que foi importante para nos ajudar a compreender alguns pontos. Dentre as perguntas apresentadas aos entrevistados estava seus dados pessoais. Os mesmos puderam falar da sua profissão e suas verdadeiras opiniões relacionadas ao conteúdo apresentado.

Os entrevistados puderam relatar suas experiências vividas na citada instituição e as dificuldades enfrentadas para a proteção das crianças e adolescentes. Segundo os entrevistados o conteúdo apresentado na entrevista foi satisfatório e interessante, apenas um entrevistado não quis utilizar de um nome fictício.

Em seguida teremos a apresentação dos entrevistados e utilizaremos de nomes fictícios do nosso sistema solar sendo uma sugestão dada pela assistente social também entrevistada. Os mesmos terão nomes fictícios de Estrela, Sol, Lua e Marte.

Estrela tem 28 anos é natural de Brasília, tem nível superior em psicologia, possui o cargo de psicóloga dentro da instituição e tem especialização em psicanálise, trabalha a 03 (três) anos na instituição. A mesma não se importa de como seja chamada importante é sua contribuição para nossa pesquisa.

Sol tem 32 anos natural de Fortaleza possui nível superior serviço social. Seu cargo atual na instituição é de assistente social. Ela trabalha na instituição há nove anos. Entre seus nove anos a mesma foi 01 (um) ano como atendente, 07 (sete) anos e 06 (seis) meses como assistente técnica e 05 (cinco) meses na atual profissão assistente social. A mesma pediu pra ser chamada de Sol.

Lua tem 55 anos de idade, é natural de Fortaleza, tem nível superior em letras, sua profissão é educadora, seu cargo na Instituição é de coordenadora, há 35 (trinta e cinco) anos trabalha com crianças em unidades de acolhimento com pequenos infratores, e há 23 (vinte e três) anos trabalha nessa instituição. A mesma gostaria de ser chamada pelo seu nome mesmo Luiza, mas escolhemos o nome de Lua para a mesma.

Marte tem 38 anos natural de Fortaleza, tem nível superior incompleto, e sua atual profissão é de técnica de enfermagem e educadora social, seu cargo na instituição é de educadora social, trabalha na instituição há 18 (dezoito) anos. Pediu pra ser chamada de Marte.

4.4 Narrativa dos profissionais que trabalham na instituição de acolhimento Abrigo Tia Júlia sobre o cotidiano das crianças e dos adolescentes assistidos por esta

A primeira questão abordada nas entrevistas foi a respeito dos motivos que levam as crianças a serem abrigadas na instituição Abrigo Tia Júlia vejamos os relatos a seguir:

Bem eu acho que os motivos que levam estas crianças a virem parar no Abrigo envolvem muitas questões, e a principal delas é a economia, ou seja, os pais não tem condições financeiras para sustentar essas crianças, então as abandona. Outra questão está relacionada às drogas, problema de grande importância no que se refere à vida destas crianças que chegam à instituição, de forma negligenciada, advindas de famílias de baixa renda, sem condições sociais (ESTRELA, PSICOLOGA, 2016).

As crianças amparadas na instituição já sofreram violação de seus direitos. Na grande maioria dos casos, as mesmas são levadas a viver na instituição por terem seus pais usuários de substâncias entorpecentes e estes virem a destratá-los, colocando-os em situação de risco pessoal e moral (SOL, ASSISTENTE SOCIAL, 2016).

No que se refere aos motivos que levam crianças e adolescentes a viverem em instituição de Acolhimento Abrigo Tia Júlia a funcionária Estrela e Sol identificam que todos

os casos destas crianças estão relacionados ao uso de entorpecentes pelos pais das mesmas e a situação econômica. Percebemos pela a fala das funcionárias abaixo que as crianças e adolescentes vivem institucionalizadas encaminhadas pelo juizado, algumas são destituídas do poder familiar, os mesmos sofreram violência sexual por parte de alguém da família, abandono em sua própria casa, maus tratos e por uso de drogas pelos pais.

As crianças que recebemos no Abrigo, são crianças vindas com encaminhamento do judiciário. O perfil das mesmas são de violência sexual, abandono dos pais, este abandono está relacionado com condições econômicas, e uma boa parte relacionada ao uso de drogas. Atendemos muitas crianças de pais drogados dependentes químicos, pois são poucos os abandonados ainda bebês, e temos ainda as crianças especiais maiores que, de forma destituída da família por maus tratos e abandono geral (LUA, COORDENADORA DA INSTITUIÇÃO, 2016).

Elas vem para a instituição através de notificações do juiz, as mesmas por maus tratos e abandono, o juiz relata a incapacidade dos pais, para sustentar as mesmas. Na realidade, não sei informar muito sobre estas questões, pois temos pouco contato em relação às condições das crianças, este trabalho é mas visto pelo serviço social (MARTE EDUCADORA SOCIAL, 2016).

Ao analisar as falas, destaca-se que diferentes aspectos e circunstâncias contribuíram para as crianças permanecerem na instituição de acolhimento, no entanto, com contextos semelhantes, relacionados à negligência dos direitos das mesmas, por parte da família, e que o problema existe tendo uma relação com a economia e drogas seguido de maus tratos.

A seguir alguns relatos sobre este assunto dos funcionários do Abrigo Tia Júlia:

No meu trabalho tenho a oportunidade de conhecer a vida destas crianças a fundo e suas dificuldades reais, muitas vivem nas ruas com pais drogados, sendo abusadas sexualmente, vivendo uma realidade infernal, as mesmas ficam marcadas pelo resto de suas vidas (ESTRELA, PSICÓLOGA, 2016).

Nossas crianças são marcadas pelo abandono ainda bebês, e os adolescentes por serem pessoas especiais, sendo abandonadas, abusadas e negligenciadas por seus próprios familiares (SOL, ASSISTENTE SOCIAL, 2016).

Todo os dias fico com o coração partido ao ver tantas crianças sem o seio familiar, lutando por suas sobrevivências, a exemplo das crianças especiais que temos acolhidas na instituição (MARTE, EDUCADORA SOCIAL, 2016).

Como fala Estrela, a situação econômica tem uma forte influência nas questões do abandono e o abuso sexual. Sol e Marte falam que as crianças vêm para instituição através de ordem judicial, Marte como educadora fala que entende pouco sobre a questão dos direitos das crianças e adolescentes, mas concorda com as outras entrevistadas sobre as questões econômica e das drogas.

Em uma segunda abordagem, perguntamos às entrevistadas, como seria a rotina das crianças e adolescentes dentro da instituição, e como era desenvolvido o trabalho para

compensar a falta de uma família, e na opinião das mesmas estas crianças e estes adolescentes possuem qualidade de vida.

A seguir, relatos dos entrevistados a respeito destas questões abordadas:

Eu acho que a rotina das nossas crianças são normais, não diferem das questões familiares, pois as mesmas possuem rotinas de se reunir todos no café da manhã, ir para a escola, ao retornarem, fazem suas tarefas de casa, depois vão brincar, são levados para passear. Nossas crianças são bem cuidadas, pois procuramos oferecer às mesmas, um ambiente saudável e de qualidade. Na instituição desenvolvemos vários trabalhos, dentre eles, a aproximação com a família, onde as crianças que possuem vínculo familiar, sejam visitados pelos mesmos, para que haja uma nova chance de retorno à família biológica (ESTRELA, PSICOLOGA, 2016).

Nossas crianças possuem uma rotina diferenciada em relação apenas à falta de seus pais e irmãos, no mais são normais como outra criança qualquer. As mesmas fazem suas refeições diárias, brincam, vão à escola, fazem suas atividades escolares e ainda são acolhidas pelos profissionais qualificados. Nosso trabalho, principalmente no que tange ao resgate do convívio familiar, buscamos que as crianças, através de um cadastro de adoção, possam ter uma nova família (SOL, ASSISTENTE SOCIAL, 2016).

A realidade institucional revelada pelos profissionais expõe questões sobre o cotidiano e trabalha para compensar possível falta da família, as mesmas não possuem rotina diferente das outras crianças e dos adolescentes que estão com a família, as mesmas seguem uma educação, a instituição trabalha na aproximação familiar com as que estão afastadas da família e a buscar uma nova família para as que não tem poder familiar no cadastro de adoção.

Nos depoimentos a seguir, as profissionais relatam sobre as rotinas, onde os mesmos são submetidos, a exemplo, ir para a escola, fazer suas refeições junto com seus amigos e irmãos, etc.:

Procuramos fazer uma rotina familiar, desde o café da manhã com todos reunidos, ainda para o colégio até os seus retornos à instituição, dando continuidade as atividades, a noite colocamos as mesmas para dormir. Elas tem atenção 24h. Nós trabalhamos no resgate da autoestima dos mesmos, através de atendimentos de saúde, psicologia, pedagogia e outras atividades lúdicas (LUA, COORDENADORA DA INSTITUIÇÃO, 2016).

Para mim a rotina das crianças não tem diferença, é igual ou até melhor, se as mesmas tivessem com suas famílias. Na instituição, as mesmas possuem qualidade de vida, claro que nossos cuidados não compensam a falta de uma família (MARTE, EDUCADORA SOCIAL, 2016).

Nesta outra questão abordada podemos observar que as mesmas possuem os mesmos pensamentos mas, abordagem diferente na visão de todas as crianças e adolescentes mantidas no abrigo, possuem qualidade de vida. Segundo as mesmas, a instituição juntamente com seus profissionais, procuram dar o melhor, enquanto a sua permanência no Abrigo. Fazem um trabalho importante de resgatar o vínculo familiar. Como falou Marte, que as crianças têm

uma qualidade de vida, mas nada supera a falta de uma família. Com todos os relatos sobre o cotidiano e o trabalho dos funcionários pudemos observar que a instituição sonha que todas as crianças e adolescentes possam um dia ter um final feliz, além da qualidade de dentro da instituição. Lua fala que a instituição trabalha na questão da auto estima das crianças e dos adolescentes. A seguir apresentamos alguns relatos das profissionais da instituição quanto à importância dos seus trabalhos para com as crianças:

Nosso trabalho tem como prioridade conseguir um lar para estas crianças, pois priorizamos a manutenção familiar, onde fazemos um trabalho com os pais drogados e desempregados, qualificando-os para a sociedade e assim ficarem com suas crianças. Considero que os pais precisam de mais políticas públicas que atenda a família para que possa diminuir os problemas relacionados as crianças e adolescentes que vivem em instituições (LUA, COORDENADORA DA INSTITUIÇÃO).

Em outra abordagem às entrevistadas, fizemos uma pergunta em relação ao acompanhamento profissional, se as mesmas são qualificadas, se possuem algum preparo para atender os acolhidos da instituição. Ainda pontuamos sobre a contribuição da instituição nas questões dos direitos para estas crianças e adolescentes mantido no Abrigo. As mesmas nos relataram o seguinte:

Bem posso falar do meu trabalho que faço um acompanhamento individual com cada uma, trabalhando nas suas problemática psíquicas, pois nossas crianças têm diferentes traumas. Eu ainda acho que temos profissionais que não estão preparados para trabalhar com estas crianças. Pois os mesmos se envolvem emocionalmente. O despreparo dos mesmos interfere no tratamento psicológico das crianças. Bem, nós contribuimos através de programas que vão das visitas familiar, deixando os mesmos terem convívio familiar dentro e fora da instituição, para que possamos ajudar em diferentes questões (ESTRELA, PSICÓLOGA, 2016).

O acompanhamento das crianças é específico pra cada caso, nossos profissionais são habilitados e qualificados, tendo todo um preparo para atender as crianças as diversidades das mesmas. Nossa contribuição está na viabilização do convívio familiar e comunitário, procuramos seguir o que preconiza o ECA em relação aos direitos das crianças (SOL, ASSISTENTE SOCIAL, 2016).

Sol e Estrela fazem abordagens diferentes em relação aos profissionais. Estrela acha que alguns profissionais são despreparados, pois os mesmos utilizam da emoção para lidar com as crianças. Acha que o comportamento de alguns interfere no tratamento dos mesmos ao aceitar sua nova vida dentro da instituição. Já Sol relata que todos os profissionais estão preparados, mas acreditamos que ambas estão falando de preparos diferentes.

O acompanhamento é individual ou em grupo, dependendo de cada situação vivida por cada criança. Os funcionários são qualificados, pois temos uma equipe técnica e especializadas para atender a demanda, os demais funcionários passam por treinamentos periódicos e específicos para se qualificar. Eu mesma observo de perto todo o trabalho desenvolvido com nossas crianças e nossos adolescentes. Trabalhamos pela manutenção dos seus direitos (LUA, COORDENADORA, 2016).

As crianças recebem acompanhamento individual ou em grupo, onde as mesmas tratam de diferentes situações. Nós enquanto educadores, temos a responsabilidade de encaminhar relatórios semanais sobre como as crianças estão em todas as questões, comportamental e de saúde. Todos nós fazemos cursos específicos, voltados para nossas áreas de atuação para podermos realizar atendimento de qualidade às nossas crianças e nossos adolescentes acolhidos via o Abrigo Tia Júlia (MARTE, EDUCADORA SOCIAL, 2016).

A partir da análise das respostas a tais perguntas, pudemos perceber que as entrevistadas, de forma geral, trouxeram situações que se relacionavam com a qualificação profissional e a atenção especial aos cuidados da instituição em fazer valer os direitos das crianças e dos adolescentes dentro da instituição. Mas Estrela pontua que os profissionais não são qualificados. Diferente de Sol, Lua e Marte que dizem que os mesmos possuem qualificação específica. Todas concordam que a instituição trabalha na questão dos direitos seguindo o que preconiza o ECA.

Nossa próxima pergunta foi relacionada com as dificuldades encontradas pelas crianças, seu atendimento educacional e como é feito o trabalho em relação à manutenção dos direitos dos mesmos dentro da instituição.

Pra mim, como psicóloga, que trabalho com estas crianças e estes adolescentes, acredito que a maior dificuldade está na demora do relatório judicial, fazendo com que as crianças cresçam e saiam da prioridade de uma família para a adoção. As nossas crianças tem um educação particular oferecida por nossos colaboradores e pessoas da comunidade. Nosso trabalho como já falei anteriormente, depende da decisão do juiz (ESTRELA, PSICÓLOGA, 2016).

Como desenvolvemos um trabalho importante no resgate e manutenção familiar, temos uma grande dificuldade em encontrar um lar substituto para estas crianças, dependemos do juiz para que as crianças sejam inseridas na fila de adoção, e a demora do mesmo causa danos na adoção. Todas as nossas crianças estudam em colégios particulares, custeados por nossos colaboradores. A instituição procura respeitar os direitos das crianças e dos adolescentes como demanda o ECA. (SOL, ASSISTENTE SOCIAL, 2016).

Pudemos observar nos relatos em questão da dificuldade dentro da instituição relacionada com o poder judiciário, pois depende do mesmo para que as crianças possam ser inseridas em um cadastro de adoção, e a sua demora como ressalta Sol, causa danos quanto à acessibilidade destas crianças a uma nova família.

Para mim, a dificuldade é a adaptação dos mesmos, pois são retirados de suas famílias por vários motivos específicos. Nossas crianças estudam em escolas particulares e ainda recebem atendimento da equipe existente na instituição. Temos crianças de várias idades e algumas não precisam só de escolas, mas de acompanhamento com fonoaudióloga, terapeuta ocupacional, dentre outros. Em relação aos direitos destes, procuramos fazer valer por meio dos atendimentos e cuidados básicos, como o educacional (LUA, COORDENADORA, 2016).

As dificuldade destas crianças e destes adolescentes ao que vejo, estão mais concentradas na questão da adoção, ou seja, algumas crianças estão fora do perfil procurado. Em relação nosso ao trabalho pedagógico, as crianças recebem dentro da

instituição um atendimento e acompanhamento pedagógico dentro da instituição e fora dela, por lhes serem custeadas escolas particulares pelos nossos colaboradores. Nossa instituição trabalha com base no ECA (MARTE, EDUCADORA SOCIAL, 2016).

O trabalho da instituição é feito para resgatar o vínculo familiar das mesmas, mas a instituição só trabalha com as crianças em busca da família tanto biológica como por adoção, depois da decisão do juiz. Quando o mesmo expede um relatório de autorização em relação à destituição familiar. A demora deste documento dificulta todas as condutas que a instituição tem que tomar em relação ao trabalho desenvolvido na manutenção familiar e na inserção das crianças em uma nova família através do cadastro de adoção. Assim, as mesmas são inseridas assim que sai a ordem do juiz. As crianças recebem uma educação tanto oferecida dentro da instituição como fora. Percebemos pelos relatos que existe dificuldade ao cumprir algumas questões contidas no ECA, mas segundo as mesmas a instituição desenvolve um trabalho importante em relação ao acolhimento destas crianças na questão da qualidade de vida e viabilidade dos seus direitos.

E conforme a afirmação de Sol, assistente social do Abrigo Tia Júlia, "[...] nossas crianças e adolescentes abandonadas no abrigo perdem a melhor fase da vida delas em relação ao carinho dado por uma família."

Analisando as falas dos profissionais da instituição pudemos observar que os mesmos possuem conhecimentos específicos na trajetória e transformação ocorrida na legislação dos direitos das crianças e adolescentes. Os mesmos tratam a adoção como um sendo um caso isolado deste contexto e de menos importância para as crianças e adolescentes. Diante disso, para eles as crianças primeiro devem voltar para sua família biológica deixando a adoção como sua última opção.

Em um contexto geral os mesmos querem que os direitos das crianças e adolescentes sejam colocados em prática, seguindo a legislação ECA. Neste trabalho pudemos observar que as crianças possuem dentro da instituição uma qualidade de vida, mas a qualidade de vida não é tudo, o cumprimento dos direitos é fundamental, principalmente o de ter uma família. Seus direitos, segundo os funcionários, são respeitados, mas não depende da instituição para que os mesmos sejam executados, os mesmos estão ligados a outras questões como políticas públicas voltadas para a família. Como pontua Lua, Coordenadora do Abrigo Tia Júlia, "[...] na realidade, as políticas públicas existentes neste País, vêm a ser uma verdadeira farsa."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por finalidade de identificar a contribuição da instituição Abrigo Tia Júlia na defesa dos direitos das crianças e adolescentes abandonados. Assim, buscamos conhecer a realidade vivida por ela, e analisar o acompanhamento multiprofissional que é dado para as mesmas dentro da instituição de acolhimento Abrigo Tia Júlia, observando seu cotidiano e analisando os motivos pelos quais elas foram levadas a viverem dentro da instituição. E como esta contribui para que os direitos dessas crianças não sejam mais violados.

Sabíamos dos grandes desafios ao iniciarmos esse trabalho e tínhamos a consciência de que para alcançarmos os objetivos propostos, teríamos que superar obstáculos ao longo da trajetória dos mesmos: o primeiro deles foi a inserção do projeto da instituição e a outra foi a sua aprovação para darmos início à pesquisa. Sei que alguns destes expostos, foram responsáveis por algumas limitações do nosso trabalho, no entanto acreditamos que essas considerações não foram temporais, visto que vimos, percebemos e interpretamos os mesmos objetivos em perspectivas diferentes.

Acreditamos que esse estudo, resguardadas suas limitações, poderá contribuir com outros estudos na medida em que permitiu uma aproximação da complexidade da temática e das ações que envolvem a realidade das crianças e dos adolescentes que vivem em uma instituição de acolhimento, os mesmos tendo violados seus direitos, principalmente por suas famílias na questão do abandono. Assim, entender o universo que compreende os cuidados de cada uma delas. Neste contexto vimos que para melhor compreender o tema tivemos que fazer um resgate histórico, que envolvia a trajetória de sofrimento e luta por conquistas das crianças e dos adolescentes. Pontuando a instituição de acolhimento Abrigo Tia Júlia a qual foi de fundamental importância para a concretização desta pesquisa científica.

A pesquisa em campo foi o mecanismo onde pudemos ver os sujeitos entrevistados, narrando sobre suas vivências e experiências enquanto equipe multiprofissional, educadores e administradores desta instituição de acolhimento abrigo tia Júlia de Fortaleza que acolhe crianças vítimas de abandono, e têm seus direitos violados negligenciados em relação a sua integridade física, moral, psicológica e social. Dentre estas crianças negligenciadas pelo abandono dentro da instituição estão as destituída do poder familiar.

A pesquisa foi satisfatória e além da expectativa, conforme pudemos observar e interagir com os entrevistados sobre o tema em questão, fazendo discussão sobre a temática, e

como seria bom que nossos governantes pudessem cuidar melhor desta problemática. Nessa pesquisa as perguntas foram respondidas e tiveram um acréscimo em nosso conhecimento. Pode-se ter uma visão geral da problemática vivenciadas por estas crianças e adolescentes, possibilitando-nos uma experiência sem igual.

Em um contexto geral neste estudo observou-se que nossas crianças e adolescentes possuem direitos, mas não são respeitados, principalmente por seus familiares. Essa história não é de hoje, vem de muitos anos, apenas foi se modificando com o passar dos anos, pois as crianças e os adolescentes conquistaram respeito mútuo, mas que não são respeitados. Dentro das instituições alguns direitos são respeitados, mas os mesmos dependem de políticas públicas específicas para atender os mesmos. Os resultados deste estudo apontaram que as crianças abrigadas dentro da instituição Abrigo Tia Júlia são respeitadas em relação aos seus direitos. Para os nossos entrevistados que foram profissionais da instituição, a mesma procura trabalhar e atuar nas questões pautadas no que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Mas precisa de políticas públicas voltadas para a família.

Esperamos que tenhamos consciência das problemáticas aplicadas e limites deste estudo. Que possamos contribuir para a melhoria das políticas públicas voltadas para esse público em questão, a partir dos relatos, sobre os problemas, desafios existentes tanto no seio familiar, como na comunidade e no âmbito institucional.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (org.). **Famílias: Redes, Laços e Políticas Públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez e Instituto de Estudo Especial/PUC-SP, 2008).
- ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.
- BARRAL, Weber Oliveira. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. 3. ed. Belo Horizonte: [s.n], 2007.
- BERNARDI, Dayse. **Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento**. São Paulo: Associação Fazendo História - NECA, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento).
- BRUCHINI, Cristina. **Teoria Crítica da Família**. São Paulo: Cortez, 2000.
- CARVALHO, Dimas Messias. **Adoção, Guarda e Convivência Familiar**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.
- CASTRO, Jorge A. de; AQUINO, Luseni, M. C. de; ANDRADE, Carla C. de. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2 - Morar, Cozinhar**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 55-83.
- COSTA, A. C. **É possível mudar**. São Paulo: Cortez, 1993.
- COSTA, A. C. G. **O Novo Direito da Infância e da Juventude no Brasil - Projeto 10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: avaliando conquistas e projetando metas**. [S.l.]: CONANDA/UNICEF, 1999.
- CRUZ, Erivânia Bernardino; LOPES, Cintia Fonseca. **VADEMECUM do Serviço Social**. 5 ed. Fortaleza: Premium, 2014.
- DIGIÁCOMO, Murillo José. **Estatuto da Criança e do Adolescente: anotado e interpretado**. 6. ed. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná, 2013.
- FERREIRA, Norma Soely Pinto. **Adoção tardia: uma análise da visão da equipe psicossocial do Abrigo Tia Júlia**. (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social). Fortaleza (CE): Faculdade Cearense (FaC), 2014.
- FIGUEREDO, Aldrin Moura. Memórias da Infância na Amazônia. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 270-346.

FIGUEREDO, Luis Carlos de Barros. **Comentários à Nova Lei Nacional da Adoção: Lei 12.010 de 2009**. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto de. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 177-191.

FONSECA, C. Fabricando família: políticas públicas para o atendimento de jovens em situação de risco. In: CABRAL, C. **Acolhimento Familiar: experiências e perspectivas**. Rio de Janeiro (RJ): UNICEF, 2004. p. 86-101.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1995.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Wahhendorff. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte (MG): SEBRAE, 2008.

_____. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 2012.

MASCARENHAS, Patrícia S. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. 2. ed. Feira de Santana: Ideia Viva, 2011. 148p.

MAUAD, Ana Maria. A vida das de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 137-176.

MINAYO, Maria Célia de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MYNAYO, Maria Célia de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica: Projeto de Pesquisa, TGI, TCC, Monografia, Dissertação e Tese**. São Paulo: Pioneira, 1998.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 347-375.

PORTAL Ceará Inclusivo. **Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Idosos e Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/index.php/coordenadoria-especial-de-politicas-publicas-para-idosos-e-as-pessoas-com-deficiencia/programa-ceara-acessivel>>. Acesso em 02 jun. 2016.

PORTAL SDH. **Crianças e Adolescentes: programas**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/sistema-nacional-de-medidas-socioeducativas/sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sinase-1>>. Acesso em: 15 maio 2016.

PORTAL STDS. **Histórico STDS**. Disponível em: <www.stds.ce.gov.br/index.php/protecao-social-basica/148-centros-comunitarios>. Acesso em: 29 maio 2016.

PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: _____ (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 84-106.

RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 19-54.

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Loyola, 2004.

_____. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 376-406.

SANTOS, Marcos Antônio. Crianças e criminalidade no início do século XX. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 210-230.

SART, Cynthia; ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Amália Faller (org.) **Família, redes e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: PUC-SP, 2007.

SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 107-136.

SITE FMCSV. **Direitos da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <[ww.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/cnmp/guia_ministerial_direitos_da_pessoa_com_deficiencia.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/cnmp/guia_ministerial_direitos_da_pessoa_com_deficiencia.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2016.

VALENTE, Jane. **Família acolhedora**: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento. São Paulo: Paulus, 2013.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 192-209.

VITALLI, M. A. F. **Famílias de crianças e dos adolescentes abrigados**: quem são como vivem o que pensam o que desejam. São Paulo: Paulus, 2008.

APÊNDICES

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS PROFISSIONAIS QUE
ATENDEM AS CRIANÇAS NA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO ABRIGO TIA
JÚLIA**

IDENTIFICAÇÃO

Nome:-----

Idade: -----

Naturalidade:-----

Escolaridade:-----

Profissão:-----

Cargo que ocupa na instituição:

1. Há quanto tempo trabalha na instituição e a quanto tempo trabalha com crianças?
2. Em sua opinião quais os motivos que fizeram estas crianças a serem abandonadas no Abrigo Tia Júlia?
3. Qual a rotina destas crianças que estão abrigadas no Abrigo Tia Julia?
4. A Instituição de Abrigo Tia Julia desenvolve algum trabalho que possa compensar a falta de uma família até que as mesmas possam ser adotadas?
5. Qual primeiro procedimento realizado com as crianças quando as mesmas chegam à instituição de Abrigo Tia Julia?
6. Em sua opinião estas crianças que vivem dentro desta instituição de acolhimento possuem qualidade de vida?
7. Como é feito o acompanhamento destas crianças pelos profissionais do Abrigo Tia Julia?
8. Os profissionais que trabalham com estas crianças têm algum preparo, ou seja, qualificação profissional?
9. Qual a contribuição feita pelo Abrigo Tia Julia em relação a viabilidade dos direitos das crianças mantidas dentro desta instituição?
10. Quais as dificuldades encontradas por estas crianças dentro do Abrigo Tia Júlia?
11. Qual o atendimento educacional recebido por estas crianças antes de serem encaminhadas para outra instituição ou família substituta?
12. Em relação aos direitos das crianças e dos adolescentes, o que fazem os que trabalham na instituição para que esses direitos seja respeitados? Tem algum projeto?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu -----, declaro por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar da pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: Os direito de crianças abandonadas: um análise sobre o trabalho multiprofissional da instituição de acolhimento abrigo Tia Julia em Fortaleza - Ceará, desenvolvida por Jacqueline de Oliveira Bezerra. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Visângela Paula Sandy Mendes (mestre), a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do número de telefone móvel (85) 999693517. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é para concluir um trabalho de conclusão de graduação em Serviço Social. Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador (a) e/ou seu(sua) orientador(a). Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Assinatura da testemunha

APÊNDICE C - IMAGEM DA FACHADA ATUAL DO ABRIGO TIA JÚLIA



Fonte: Imagem captada pela autora desta Pesquisa Científica.